



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0062/08	DATA: 28/02/2008
INÍCIO: 15h55min	TÉRMINO: 18h19min	DURAÇÃO: 02h24min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h24min	PÁGINAS: 50	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JACINTO TELES COUTINHO – Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis, Penitenciários e Servidores da Secretaria da Justiça e da Cidadania do Estado do Piauí – SINPOLJUSPI.
LÚCIO TADEU RIBEIRO – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Seção da Ordem dos Advogado do Brasil no Estado do Piauí.
TERESINHA DE JESUS MOURA BORGES – Promotora de Justiça.
MAG SAY SAY FEITOSA – Diretor de Administração Penitenciária do Estado do Piauí.
FABIO NOVO – Deputado Estadual.
VINÍCIUS DE OLIVEIRA – Diretor de Humanização.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre o sistema carcerário do Estado do Piauí.

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência pública realizada na Assembléia Legislativa de Teresina, Estado do Piauí.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há termo ininteligível.
O Presidente fez soar a campanha.
A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Themístocles Filho) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

O objetivo desta sessão é uma Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro.

Estão presentes os Deputados Federais Neucimar Fraga, Domingos Dutra e Felipe Bornier. Eu passo os trabalhos da Mesa para o Presidente desta Comissão, Deputado Neucimar Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Boa-tarde a todos.

Neste momento, declaramos abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal, criada com a finalidade de investigar o sistema carcerário brasileiro, investigar e diagnosticar o sistema carcerário no Brasil.

Nós queremos agradecer ao Presidente da Assembléia Legislativa, o Deputado Themístocles Filho, Presidente desta Assembléia, e queremos também registrar a presença da Deputada Flora Izabel e do Deputado João de Deus.

Queremos agradecer a presença e queremos agradecer à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí por ceder este espaço de plenário para que nós possamos realizar esta audiência da Comissão.

Queremos convidar para estar conosco à mesa a Dra. Teresinha de Jesus Moura Borges, que é Promotora de Justiça do Estado do Piauí. Queremos convidar também a Dra. Cléia Coutinho Maia, Secretária de Justiça do Estado. Queremos convidar também o Dr. Mag Say Say, Diretor de Administração Penitenciária. Queremos convidar também o Sr. Jacinto Teles, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis e Penitenciários do Piauí. Queremos convidar também o Presidente da Assembléia para que esteja conosco aqui à mesa. Nós convidamos o juiz da Vara de Execuções Penais do Estado do Piauí, através do Tribunal de Justiça, para que o Presidente designasse o juiz para que estivesse aqui conosco. Não sei se o magistrado já está conosco aqui. Por enquanto ainda não se identificou. Tem alguém representando o Presidente do Tribunal de Justiça ou o Tribunal de Justiça? Nós convidamos também, solicitamos à Defensoria Pública que enviasse um defensor público para participar conosco da audiência. Queria saber se há algum defensor público designado, que até agora não se identificou para a CPI. Queríamos também convidar o Sr. Vinícius Oliveira e também o Dr. José Carlos Gomes, Diretor



de Proteção Externa do sistema prisional. Convidamos também o representante da Pastoral Carcerária do Estado do Piauí para estar conosco. Até agora ninguém se apresentou como representante da Pastoral Carcerária. Indagamos se há alguém aqui designado pela Pastoral Carcerária para falar nesta audiência.

Esteve conosco também, pela manhã, o representante da OAB, acompanhando os trabalhos da Comissão nos presídios. Ainda não o vimos no estabelecimento agora conosco. Não sei se tem alguém designado para falar pela OAB do Piauí na Comissão. O representante esteve conosco pela manhã, mas ainda não estamos vendo ele aqui no plenário. Está numa audiência.

A CPI do Sistema Carcerário brasileiro foi instalada no dia 22 de agosto de 2007, a requerimento de autoria do Deputado Domingos Dutra, que é o Relator da CPI, Deputado pelo PT do Maranhão, e Deputado Felipe Bornier, que representa a CPI pelo Estado do Rio de Janeiro. Alguns Deputados estiveram conosco ontem em Fortaleza, mas tiveram compromisso e tiveram que retornar a Brasília, Deputadas Jusmari e Cida Diogo, Deputados Paulo Rubem e Pinto Itamaraty, do Maranhão, que vai se integrar à CPI a partir deste Estado agora na parte da tarde até amanhã, no Maranhão.

A CPI foi criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário do Brasil. Nós já visitamos 12 Estados brasileiros. Estamos aqui no Piauí e amanhã, se Deus quiser, estaremos na cidade de São Luís do Maranhão, onde visitaremos algumas unidades prisionais e faremos um debate na parte da tarde com as autoridades e instituições que acompanham o trabalho dos presídios no Brasil. Nós, nas visitas já realizadas nesses 12 Estados, encontramos problemas semelhantes em quase todos eles, mas o maior de todos os problemas que nós temos encontrado no Brasil é a questão da superlotação, que tem sido responsável pelas principais mazelas do sistema carcerário no nosso País. Hoje nós temos convicção de que o nosso sistema é falido, caótico, com raríssimas exceções. Nós temos algumas experiências em alguns Estados da Federação.

Nós sabemos que a sociedade em geral muitas vezes não entende que nem todo mundo que está preso é imprestável, porque é comum pensarmos que todos que estão presos são bandidos, são marginais, mas nós estamos convencidos de que tem muitas pessoas que estão presas que não são bandidas, não são



marginais, cometeram infrações, cometeram delitos, mas não têm uma mente marginal, se tiverem oportunidade de ser educado, ressocializado, voltam para a sociedade. E a sociedade precisa entender que investir no sistema carcerário não é dar regalia para preso. Investir no sistema carcerário é garantir a segurança da população, porque hoje boa parte dos crimes é comandada de dentro das cadeias do nosso País, e nós precisamos construir no nosso País um sistema carcerário que cumpra com as suas funções.

A primeira função do sistema prisional é interromper a trajetória do crime. A sociedade, quando a polícia prende e a Justiça julga, ela quer ter a sensação de que o elemento que causava transtorno social ao ser preso não vai mais incomodar aquela sociedade, ou aquela cidade, ou aquela população. Mas, ao chegarem dentro do sistema, muitas vezes desaparelhado, inadequado, muitos presos assumem o comando das cadeias e continuam comandando o crime de dentro das celas. Nós queremos, com o nosso trabalho, fazer um diagnóstico completo sobre corrupção dentro do sistema prisional, sobre denúncias de maus-tratos, violência dentro dos presídios. Somente no ano passado, quase mil pessoas morreram dentro do sistema prisional brasileiro. Para um país que não tem a pena de morte como pena máxima, mil pessoas mortas em um ano é um número muito alto. Nós estamos convencidos de que, já que nós não temos pena de morte, não temos prisão perpétua, toda a população carcerária que hoje lota os presídios um dia vai estar nas ruas. Nós temos que ter um sistema capaz de preparar o retorno dessas pessoas.

Interromper a trajetória do crime, disciplinar sem a tortura e educar essa população carcerária é uma tarefa difícil, mas nós estamos diante de um desafio que não vai nos intimidar, nem vai nos acomodar.

A Câmara Federal está dando o primeiro passo com a criação desta CPI, que discute, que debate e que, no final dos seus trabalhos, vai propor algumas sugestões de alteração da legislação penal, de um projeto arquitetônico padrão para todo o Brasil, de uniformização de normas e procedimentos do sistema carcerário brasileiro. Hoje, apesar de termos uma única Lei de Execuções Penais para todo o País, cada Estado aplica da sua forma, e cada diretor administra o presídio do seu



modo. Nós queremos padronizar normas, condutas e procedimentos dentro dos presídios brasileiros, porque sabemos que, dessa forma, nós vamos colaborar.

Estamos sensibilizando os Governos dos Estados para que invistam no sistema carcerário, que abram novas vagas. Hoje, nós temos um déficit de 220 mil vagas no setor carcerário brasileiro. Temos 420 mil presos para uma população de 180 milhões, ou seja, temos 0,3% da população brasileira presa. Parece muito, mas, nos Estados Unidos, há 2,5 milhões de presos para 250 milhões de habitantes; 1% da população americana está presa. E nós sabemos que os investimentos que têm sido feitos pelo Governo Federal e o Governo Estadual nos últimos anos têm sido muito tímidos, quase que nada em relação à demanda do setor carcerário do nosso País.

Portanto, a partir de agora, nós vamos iniciar a nossa audiência. Ouviremos alguns presos, ainda durante esta audiência, que prestarão depoimentos a esta Comissão. Alguns solicitaram a oportunidade de dar um depoimento, e outros foram convocados e convidados para tratarmos de alguns assuntos relacionados ao Judiciário, principalmente a ausência do Judiciário dentro dos presídios do Brasil, o que não é diferente aqui no Estado do Piauí.

Convidamos e aguardamos ainda a representatividade de alguém do Judiciário, porque uma das maiores reclamações que nós encontramos aqui no Estado é a falta de visita do juiz de execuções penais aos presídios e, também, dos promotores, e a deficiência da Defensoria Pública na assistência à população carcerária no Estado do Piauí.

Nós vamos passar a palavra ao Relator para uma saudação e, logo em seguida, vamos abrir a palavra para as autoridades e convidados para esta audiência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Boa-tarde a todos e a todas.

Quero saudar o Deputado Neucimar Fraga, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é do Espírito Santo; o Deputado Felipe Bornier, que é membro e que é do Estado do Rio de Janeiro; quero saudar e agradecer aqui o Presidente da Assembléia do Estado do Piauí, o Deputado Themístocles Filho; cumprimentar a Deputada Flora, do Partido dos Trabalhadores, e o companheiro João de Deus, também do PT, ambos do nosso partido, meu partido; o Deputado



Fábio Novo. Quero cumprimentar toda a imprensa aqui presente, a Assessoria que acompanha a Comissão, os convidados que estão aqui na mesa e os demais.

Eu queria apenas dizer aos senhores que esta CPI, solicitada por nós e aprovada pela maioria dos Deputados Federais, não é uma CPI para investigar a situação de presos apenas, não é a CPI dos presidiários, é a CPI do Sistema Carcerário. E, quando nós falamos no sistema carcerário, nós estamos nos referindo aos presos, nos referindo a todos os servidores que trabalham diretamente com o sistema, como os agentes penitenciários, policiais civis, policiais militares, os diretores, os gestores das cadeias públicas, delegados, estamos também nos referindo ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, à Defensoria Pública. Portanto, a nossa preocupação é com o sistema carcerário brasileiro.

O segundo aspecto: a Comissão tem acordo de que, ao tratar, ao defender a humanização da situação carcerária brasileira, nós estamos tratando de uma parte significativa do sistema de segurança pública deste País. Se nós não tratarmos com decência e com respeito aqueles que cometeram delitos, que já foram condenados e estão isolados nos estabelecimentos penais, nós não estaremos contribuindo com a segurança, não estaremos combatendo a criminalidade. Primeiro, porque há uma elite de presos que são comandantes de organizações criminosas que de dentro das cadeias comandam operações criminosas fora. Segundo, se não houver políticas de ressocialização dos presos, cada preso que cumprir a sua pena e que sair dos estabelecimentos penais, eles vão praticar novos crimes, com prejuízo em vidas, com prejuízos econômicos para toda a Nação. Terceiro, nós entendemos que a responsabilidade pelos presos no Brasil é de muitas instituições. É uma responsabilidade coletiva que passa pelos Governos de Estado, passa pelo Ministério Público, pelo poder Judiciário, por Defensoria Pública, pelo Governo Federal, pelo Congresso Nacional, que formula legislação nem sempre adequada. Portanto, são responsabilidades solidárias. E nós queremos que essa solidariedade que hoje se reflete na omissão possa ser conjugada em ações efetivas.

E, por último, esta CPI só existe porque o sistema carcerário brasileiro é um inferno. Quem quiser ter noção de como é o inferno visite uma cadeia, visite uma delegacia, visite um estabelecimento penal para você saber mais ou menos como será o inferno. Nós temos encontrado situações de presos no Brasil que nem



chiqueiro de porco, chiqueiro de animais, nem de pessoas mais humildes é melhor do que a situação de muitos presos.

Portanto, nós estamos aqui no Estado do Piauí, que é governado por um companheiro nosso, o Wellington, que, pelas referências que temos ouvido, tem feito um bom Governo. Nessa visita rápida, já encontramos vários pontos positivos, mas nós também encontramos deficiências e nós queremos aqui, para as autoridades estaduais que vão depor, tanto do aparelho do Estado, como aquele da sociedade civil, que não tenha o receio de revelar as deficiências. Nós estamos aqui para encontrar soluções. A princípio, nós não estamos tentando indiciar ninguém. Nós não temos a intenção de criminalizar ninguém. Nós queremos conhecer todas as deficiências, para que a Comissão possa apresentar ao País, ao final dos seus trabalhos, sugestões que possam significar luz e esperança para esses 420 mil brasileiros que hoje estão mofando em estabelecimentos penais. Portanto, problema a gente sabe que existe, é melhor que eles apareçam para a gente poder enfrentar. Esconder a realidade não contribui.

Por isso, nós agradecemos aqui à imprensa, agradecemos à mídia, porque precisamos ganhar a sociedade para essa causa. A própria população tem uma visão deformada sobre os presos, porque até então a mídia só exibia os presos rebelados, quase sempre espetando a cabeça de colegas que foram mortos, como revolta pela situação que existe. Portanto, o acompanhamento da imprensa, que nós agradecemos, é muito importante para que a população tenha uma noção da situação dos presos, para que aquele que hoje está tomando, está pagando 100 ou 200 reais por uma dose de uísque envelhecida, que ele tenha noção de que nós não somos contra que ele tome uma dose de uísque envelhecida, mas que ele tem responsabilidade, inclusive para defesa dele mesmo, de que é preciso cuidar da segurança, diminuir a criminalidade, e cuidar da segurança. Diminuir a criminalidade é também passar pelo sistema penitenciário.

Portanto, espero que essa passagem nossa pela CPI contribua para que possamos dar a nossa contribuição ao País.

Agradeço antecipadamente ao Governo do companheiro Wellington Dias, parabênz as autoridades pelas realizações positivas. Se surgir também, durante a investigação, principalmente com o depoimento que nós vamos tomar dos presos,



de forma reservada, denúncias quanto ao sistema, ninguém deve se preocupar, porque nós sabemos que a CPI existe mesmo é para corrigir problemas. É para isso que nós estamos aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado Domingos Dutra.

Vamos passar a palavra neste momento ao Presidente do Sindicato dos Policiais Civis e Penitenciários do Piauí, Sr. Jacinto Teles Coutinho, que terá o tempo de 5 minutos para fazer sua exposição, em nome dos agentes.

O SR. JACINTO TELES COUTINHO - Eu gostaria de pedir vênua ao nosso Presidente e gostaria possivelmente de falar mais adiante, se for possível, em decorrência de um documento que eu estou aguardando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Seria importante, Presidente, se pudesse falar agora, porque nós precisamos, dentro do nosso cronograma de trabalho, a partir das informações também prestadas pelo sindicato, cobrar das autoridades que aqui representam o Estado. Por isso é importante ouvi-los antes das demais autoridades. (*Pausa.*)

Eu só queria pedir licença ao Jacinto, nós queremos convidar para estar conosco o Sr. Lúcio Tadeu dos Santos, representante da OAB, que esteve conosco pela manhã e agora está representando a OAB.

Com a palavra o Presidente do Sindicato dos Policiais Civis e agentes do Estado do Piauí.

O SR. JACINTO TELES COUTINHO - Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, Deputado Neucimar Fraga; Sr. Relator, Deputado Domingos Dutra; nosso ilustre Deputado mais jovem dos mais jovens do Brasil, carioca, de 29 anos, que eu peço perdão por não lembrar o nome, é nosso primeiro contato hoje; queremos cumprimentar nosso Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Themistocles Filho; cumprimentar nossa Secretária de Justiça, Dra. Cléia Coutinho; nosso representante da Ordem dos Advogados Seccional Piauí, Dr. Lúcio Tadeu; Dra. Teresinha, aqui representando o Ministério Público, e em vosso nome pedir permissão para saudar os demais membros da Mesa; Srs. Deputados aqui presentes, que eu cumprimento na pessoa



da Deputada Flora Izabel; caríssimos presentes; companheiros agentes penitenciários da Diretoria do SINPOLJUSPI, Sr. Presidente, nós presenciamos este fato hoje com imensa alegria. Acompanhamos V.Exa. e a Comissão, que esteve hoje na Casa de Custódia, a feminina, e, para nós, queremos dizer que é realmente motivo de satisfação.

Que bom seria que nós não tivéssemos os problemas que temos no sistema penitenciário.

Quero pedir permissão para saudar o nosso Presidente do Conselho Penitenciário, instituição da qual faço parte, nosso Conselheiro, Dr. Raumário Mourão, que aqui se encontra.

Mas, no nosso sistema penitenciário, como eu dizia anteriormente, que bom seria que nós não tivéssemos os problemas que temos. Mas temos também as instituições que estão acompanhando a realidade do sistema penitenciário e entre essas instituições, com certeza, a CPI do Sistema Carcerário, que está aí andando pelo Brasil afora e comprovando, como bem já disseram aqui o Presidente e o Relator, respectivamente Deputados Fraga e Domingos Dutra, a precariedade que está nosso sistema penitenciário.

Deputado-Presidente, eu tive a satisfação de presidir a Federação Brasileira da Área de Segurança Penal e coordenar nacional do Fórum de Assuntos Penitenciários e presidir também a Federação Nordestina dos Policiais Civis. Então, modéstia à parte, conheço razoavelmente a realidade do sistema penitenciário brasileiro, sobretudo aqui o nosso sistema penitenciário do Piauí. É na qualidade de representante, não é pela primeira vez, que temos a honra hoje de presidir o SINPOLJUSPI, entidade que congrega esses trabalhadores.

E aqui, Sr. Presidente, nós vamos começar não pelas mazelas, mas para dizer que nós estamos aqui realmente para agir com imparcialidade, agir como representantes dos agentes penitenciários, dos policiais civis, mas também como atores políticos desta Capital, já que somos Parlamentares pelo Partido dos Trabalhadores e presidimos a Comissão de Direitos Humanos desta Capital.

Reconhecemos um avanço que tivemos no primeiro Governo do Governador Wellington Dias, com relação à organização dos trabalhadores do sistema penitenciário. Aqui, a única carreira que tínhamos era quando fugia um preso, que



nós, os agentes penitenciários, saíamos correndo atrás, sem as mínimas condições de trabalho. Hoje nós temos uma carreira que é modelo para o Brasil, na qual o agente penitenciário entra na terceira classe, passando pela segunda, primeira e chegando até a especial. Somente hoje tem acesso ao serviço público por concurso público e com nível superior. Todos os concursos que tivemos ultimamente no sistema já são de acordo com essa nova legislação. Tem que ter curso superior para ascender ao cargo de agente penitenciário. Essa, obviamente, não foi uma dádiva de qualquer governo, foi uma luta nossa, do SINPOLJUSPI, mas que foi concretizada no primeiro Governo de Wellington Dias. E conseguimos diferenciar nosso salário. Pelas ordens judiciais que temos ganho com trânsito em julgado, melhoramos. Lamentavelmente, nos deparamos com o fato, Sr. Presidente, de que viria a melhorar consideravelmente e, com certeza, repercutiria na valorização desses profissionais que, por 24 horas, colocam em risco a vida, muitas vezes suscetíveis a todo tipo de violência, inclusive à corrupção, sobretudo quando não se tem no Brasil, e não é diferente no Piauí, uma política voltada para a valorização direta dos verdadeiros executores da pena privativa de liberdade. O juiz decreta a sentença, mas quem executa a pena privativa de liberdade, quem executa a sentença, são os agentes penitenciários. Nós, inclusive, aí me incluindo entre as entidades de direitos humanos e Parlamentares, visitamos os estabelecimentos penais, mas quem fica lá, inclusive no dia-a-dia, são os agentes penitenciários. É quem sabe o que sofre. Evidentemente que nós não somos hipócritas de aqui querer tapar o sol com a peneira e dizer que acabou a tortura no sistema penitenciário. Quando eu vejo uma autoridade dizer que acabou a tortura no sistema penitenciário, preocupa-me sobremaneira, porque ela está encobrindo a realidade. Nós devemos dizer que não é mais uma prática corriqueira, devemos dizer que não é mais uma regra, mas essas exceções lamentavelmente ainda ocorrem.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nós, repito, concluindo nesse ponto, avançamos na questão da carreira. Temos um plano de carreira, hoje, mas lamentavelmente o Governo deixou de cumprir uma ordem judicial aqui com trânsito em julgado. Se V.Exas. não se deparam com uma atitude dessa forma Brasil afora, aqui os policiais civis e penitenciários têm uma ordem judicial, com trânsito em julgado, onde foi determinado 3 vezes ao Governo do Estado, à Secretaria de



Administração, que melhorasse o salário daqueles que trabalham em regime de plantão — adicional noturno e vantagem extra —, inclusive da forma que recebíamos quando o atual Presidente da Assembléia era Secretário da Justiça. E lá, mesmo sendo uma ordem judicial, naquele tempo era cumprida essa ordem judicial tanto na Secretaria de Justiça quanto na Polícia Civil. Nós chegamos a pedir e recebemos a decretação da prisão da Exma. Sra. Secretária de Administração, a Prof. Regina Souza, por desobediência judicial. Mas, lamentavelmente, essa ordem não foi cumprida. Obviamente, com o direito que lhe é peculiar, a questão da liberdade, entrou com *habeas corpus* em Brasília, no STJ, e conseguiu. Mas, pasmem, foi o Governador, que em tantas lutas esteve conosco, que recomendou o descumprimento da ordem judicial. E nós até dizíamos, o que foi depois dito pela associação dos magistrados, que era melhor fechar o Poder Judiciário e fazer um tribunal de exceção, onde o próprio Governo já decidisse pelo tribunal. Então, essa realidade tem aqui, no nosso Piauí. Isso afeta sobremaneira a função do agente penitenciário, porque ele acredita na segurança jurídica, ele acredita no Estado Democrático de Direito. E por acreditar assim ele espera ter o seu salário melhorado porque tinha uma ordem judicial em mão e não foi cumprida.

Então, Sr. Presidente, hoje, a parte estrutural administrativa, nós estamos numa situação do ponto de vista da gestão que precisa melhorar muito. Nós temos hoje uma grande dificuldade de diálogo franco com o Governo do Estado na área do sistema penitenciário. Nós temos agentes penitenciários, como V.Exa. teve a oportunidade de presenciar hoje naquele estabelecimento penal, embora V.Exa. não entrou pela entrada principal comum, entrou pela Casa do Albergado, pela Academia, mas ali, à altura da entrada da Casa do Albergado, o agente penitenciário está ali, aí tem uma rebelião lá dentro e os que estão lá dentro não têm como se comunicar, não têm um rádio de comunicação para se comunicar com os agentes da frente. E isso já ocasionou inclusive agentes penitenciários sendo vítimas de balas, sendo vítimas de facadas, na última rebelião. Isso dificulta. E não é uma crítica pessoal ao administrador A, B, C ou D, mas é uma crítica ao sistema, à política de gestão do Governo. O outro fato é que nós temos muitos diretores de estabelecimentos penais que estão em desacordo com a Lei de Execução Penal.



Eu tenho aqui, e vou passar às mãos de V.Exas., antes de partirem, estou esperando só um outro documento complementar, nós temos aqui decisão do Juiz dos Feitos da Fazenda Pública, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça. E o nosso estatuto, que foi sancionado pelo Governador Wellington Dias, reafirmou, ratificou, em dispositivo, essas decisões judiciais à Lei de Execução Penal, para que o art. 75 da Lei de Execução Penal seja cumprido. Que sejam diretores dos estabelecimentos penais, quem tenha experiência administrativa na área penal, na área penitenciária, quem tenha plena vocação para o sistema, que está lá em um dos incisos do art. 75: idoneidade moral comprovada. Obviamente que os que estão no sistema não deixam de ter idoneidade moral. Não estamos adentrando a esse ponto. Estamos adentrando que não são servidores de carreira da área.

Quem é que tem experiência administrativa na área? Eu aprendi, inclusive, na minha especialização em Direito Público, que quem prende não deve cuidar. A Polícia Civil, a Polícia Militar, que são os órgãos ostensivos, não devem cuidar, com a própria incompatibilidade, que está prevista na própria Lei de Execução Penal. Como é que eu prendo aqui, eu pego, levo e eu mesmo vou cuidar?

Sem nenhum demérito aos eminentes policiais militares, aos oficiais da Polícia Militar. Mas eu pergunto: será que nós agentes penitenciários vamos poder ser comandantes da companhia, pelo menos — não diria nem do quartel — lá da Polícia Militar? Com certeza, não. Nem poderia, cada qual tem o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Três minutos para concluir.

O SR. JACINTO TELES COUTINHO - Quantos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Três minutos para concluir.

O SR. JACINTO TELES COUTINHO - Com certeza cumprirei o tempo estabelecido.

Então, Sr. Presidente, nós não poderíamos deixar de mostrar isso, porque nós temos a maioria dos estabelecimentos penais dirigidos por militares. Há militar bacharel em Direito, há militar estudante de Direito, mas não é esse o caso, mesmo que sejam bacharéis, o fato é que tem que ser de acordo com a lei e com a decisão judicial.



O outro fato, Sr. Presidente, que nós queremos deixar como sugestão para esta augusta Comissão é que no relatório final desta CPI os eminentes Deputados possam sugerir projetos de lei no sentido de tornar obrigatória a integração dos órgãos da execução penal. Tudo isso ocorre porque os órgãos da execução penal não são integrados, não discutem, não têm integração. E aí eu falo do Poder Judiciário, eu falo do Ministério Público, eu falo do nosso Conselho Penitenciário, eu falo dos estabelecimentos penais, eu falo do topo do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que é o órgão máximo da execução penal. Eu dou um exemplo aqui para V.Exa. Sou conselheiro penitenciário. O decreto presidencial do indulto natalino chega no dia 25 de dezembro, e os conselheiros penitenciários fazem lá a sua missão, mas é tanto, é tanta coisa que obstrui que termina... Agora mesmo nós não concluímos ainda os pareceres do Conselho Penitenciário e os que concluímos, o Poder Judiciário ainda não concedeu o indulto. Passa até de 10 meses aquilo que chega ao final deste ano, e a gente ainda está discutindo o do ano passado. Por quê? Porque o Poder Judiciário não pega os ônibus que ele tem e não marca um dia para a gente ir à Penitenciária Major César com o Ministério Público, com o Conselho Penitenciário, com a Defensoria Pública!

Outro pedido, uma sugestão que deixamos para esta Comissão: é que apoiem a idéia da Defensoria Pública brasileira de ser um órgão integrante da execução penal — já há projeto de lei nesse sentido. Que a Câmara Federal possa pensar essa idéia, porque eu quero, para fazer justiça, dizer que a Defensoria Pública aqui faz milagre. A Defensoria Pública não está aqui hoje, mas ela tem feito um esforço, que eu não sei nem qualificar, para dar conta desse sistema, mas não dá porque são muito poucos.

E vejam só, para fazer justiça: este Governo aumentou — nós tínhamos apenas 26 defensores públicos —, este Governo já elevou até 85, se não me falha a memória. Nós hoje já temos quase 90 defensores públicos, mais que quadruplicou.

E a outra proposta que queremos deixar, e aqui, Sr. Presidente, senhores componentes da CPI, nós queremos pedir apoio para a Emenda Constitucional nº 308/2004. Nós tivemos o prazer de ser um dos convidados, em âmbito nacional, para expor sobre a situação do sistema penitenciário brasileiro na Comissão Especial, cuja presidência estava a cargo do Deputado Nelson Pellegrino, do PT da



Bahia, e a Relatoria tão bem feita pelo Deputado de São Paulo, do PTB, o Deputado Arnaldo Faria de Sá. E já concluíram o trabalho, foi aprovado, está esperando pauta na Câmara, na Mesa Diretora. O Vice-Presidente é do nosso Piauí, é o Deputado Ciro Nogueira. Ele inclusive disse que está disposto a ajudar para que possamos pautar.

Eu quero, Presidente, que me conceda um minuto e meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Um minuto.

O SR. JACINTO TELES COUTINHO - Um minuto para dizer da importância dessa PEC.

Os agentes penitenciários não têm reconhecimento na Constituição brasileira. Não havia *lobby*, não havia organização quando da promulgação da nossa Carta política. E aí nós, os policiais civis que representamos... Está lá na Constituição: Polícia Federal, etc. Agentes penitenciários não está. E é uma função indiscutivelmente de segurança pública, de segurança interna. Aí o Governo, os governos só nos vêem como segurança quando é para transportar o preso e não nos dá sequer o porte de arma, em muitos Estados. Aqui nós já temos a lei, mas não tem sequer a carteira funcional, porque o Governo do Estado ainda não liberou 5 mil reais para confeccionar carteira funcional dos agentes penitenciários.

Nós estivemos com o Ministro da Justiça, ele nos deu uma regulamentação de Brasília, do Rio Grande do Sul, que lá dispensou o teste psicológico para aqueles que já haviam concluído, e nós trouxemos, entregamos para o Dr. Raumário, a Dra. Cléia, que já tem o apoio na Secretaria de Justiça, mas não anda por falta de recursos. Está faltando remédio, nós temos 68 doentes mentais, só 23 estão no hospital.

Era bom que esta Comissão passasse pelo menos 3 dias no Piauí, porque nós não visitamos os doentes mentais, são os que menos defesa tem. O Ministério Público, de forma autêntica, já foi lá conosco e, depois da ida do Ministério Público, nós conseguimos ver começar a funcionar o hospital penitenciário, mas ainda tem muitas coisas e, com certeza, nesse espaço de tempo não seria possível, mas também não seria possível só eu falar e não ouvirmos todos os expositores.

Mas nós queremos agradecer primeiro a Deus, em nome de Jesus Cristo, por este momento, e a V.Exas. pela sensibilidade de aqui visitarem o nosso Piauí.



Eu não tenho dúvida de que, com certeza, depois de vossas visitas, nós vamos alcançar, quem sabe, melhores dias para o sistema penitenciário.

Esperamos que realmente esta Comissão possa agilizar essas questões e dar uma cutucada com esporão de arraia em várias instituições: governamentais, judiciárias, dos servidores. Temos falhas também, os servidores, mas queremos avançar.

Concluindo, Sr. Presidente, eu quero aqui pedir a sensibilidade, inclusive ao Presidente da Assembléia Legislativa, o homem que tem mais poder neste Estado e que na realidade contribuiu muito com o sistema penitenciário, quando teve construção no sistema. Nós estamos em 6 anos sem ter uma construção. Só uma reforminha aqui, outra acolá.

Eu quero aproveitar a presença da nossa Secretária de Justiça e do Líder do Governo nesta Casa, Deputado João de Deus, para fazer aqui um apelo, e a V.Exas. O Governo do Estado reconheceu que tem que formar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para concluir agora.

O SR. JACINTO TELES COUTINHO - Para concluir agora. Para formar o penitenciário para poder atender melhor à população. E nós conseguimos uma gratificação por curso. Parabenizamos o Governo. Agora, estamos sendo obrigados a abrir mão disso, a perder essa lei a partir deste ano. E esse projeto vem para a Assembléia Legislativa. Pelo amor de Deus. Enquanto a gente dá um incentivo para investir na qualificação, uma gratificação a mais, enquanto o Governo Lula, que o companheiro Wellington Dias gosta tanto de copiar, está dando bolsa de estudo no PRONASCI, aqui nós vamos perder a gratificação por curso? É um apelo que deixo a V.Exas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Nós agradecemos.

Vamos passar a palavra agora ao representante da OAB. Seremos mais rigorosos com o tempo, porque há muitas pessoas para falar e temos muitos depoimentos para tomar.

Registro a presença do ex-Deputado Federal e ex-Governador Guilherme Melo, que está aqui conosco acompanhando a sessão.

Com a palavra o Sr. Lúcio Tadeu Ribeiro, advogado, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB no Piauí.



O SR. LÚCIO TADEU RIBEIRO - Srs. Deputados, senhoras e senhores, eu faço aqui uma saudação aos presentes, na pessoa da Dra. Teresinha, nobre colega, Promotora de Justiça, Dr. Themístocles Sampaio, colega de faculdade, amigo de tantos anos. Na Ordem dos Advogados, nessa atual gestão, quando assumimos, 1 ano atrás, uma das prioridades, dentro dos nossos vários programas de administração, foi a questão da superlotação e da questão da segurança pública e do sistema penitenciário no Estado do Piauí. Talvez pela experiência anterior que eu tive como delegado de polícia durante muitos anos nos territórios federais, me surpreendeu inclusive o convite da Ordem para mim presidir a Comissão de Direitos Humanos. Mas confesso que me senti à vontade, porque, até mesmo com o conhecimento com vários colegas da Capital, não só no Judiciário, como na Polícia Civil e na Polícia Militar, começamos a desenvolver esse trabalho. E nos deparamos, nesse período de 1 ano, com as problemáticas do sistema penitenciário. É bem verdade que o sistema penitenciário do Estado do Piauí consta com avanços quando você fala em política de pessoal, quando você fala em salário, quando você fala em questões administrativas. Mas, quando vamos para a prática, principalmente nas condições de manutenção do preso, nas condições de tratamento até com os seus profissionais no trabalho diário, deparamos com os problemas que foram constatados. É verdade também que contamos no Piauí talvez com uma das menores populações carcerárias do País. Mas os problemas não são diferentes. É verdade que o mal maior, o problema maior que nós temos no nosso sistema penitenciário é a falta de investimento financeiro. Ah, eu tive conversando com a Dra. Clélia hoje na Casa de Custódia e dizendo que eu vejo, como advogado, como ex-profissional da segurança pública, como freqüentador assíduo das delegacias de polícia, do sistema penitenciário do Estado, uma necessidade urgente de um comprometimento maior principalmente dos nossos Parlamentares federais para solucionar esses problemas, principalmente no tocante às verbas para construção de novos presídios. Nós tivemos, há pouco tempo, cerca de 2 ou 3 ou 4 anos atrás, a perspectiva de termos em nosso Estado a construção de uma penitenciária federal. Houve um movimento contra. Esse movimento me parece que saiu vencedor quando conseguiram obstruir a vinda dessa penitenciária federal para o Estado do Piauí. Acredito que teríamos no sistema penitenciário estadual uma



melhoria, principalmente desafogando o sistema estadual. Muito bem. Outra situação que se ressentem, principalmente nós advogados, é a situação da carência de vaga e a superlotação nas delegacias. Entendemos que, hoje, cerca de 250 presos que são mantidos nos distritos policiais da Capital é uma demonstração clara e inequívoca do estrangulamento do nosso sistema penitenciário. Me parece que há 6 ou 8 anos não foi construída sequer uma vaga no sistema prisional. O que vem acontecendo é assim: acomodação, onde os gestores, principalmente a Superintendência de Presídios, na pessoa do Dr. Mag Say Say, vêm procurando adaptar, mudando questões de cela, questões de alojamentos, questões de beliches. Mas um avanço no sistema, de criar novas vagas, criar um presídio de segurança máxima no Estado, esse Estado em que nós estamos assistindo diariamente a violência crescente, como em todo o País, crimes bárbaros, quadrilhas especializadas; pelo menos todos os meses estão sendo presas ramificações em nosso Estado. Eu não posso deixar de reconhecer a luta do Governo do Estado, através da sua Secretaria de Segurança Pública, e principalmente da Polícia Militar no combate ao crime organizado e principalmente a facções que vêm agindo aqui dentro do Estado. Seria hipocrisia não reconhecer isso. Houve, e eu tenho dito, um avanço muito grande na questão de segurança pública no Estado, na atuação principalmente da Polícia Civil e da Polícia Militar. E é preciso que essas condições também cheguem à Secretaria de Justiça. Temos sido críticos não aos gestores, porque, como profissional do ramo, a gente entende a boa vontade e a disposição desses gestores. Não temos ligações políticas com A ou B. Mas vejamos que, se não houver um comprometimento principalmente da nossa bancada federal, porque o Governo do Estado não tem condições financeiras de manter e de bancar as reformas que o sistema penitenciário estadual necessita urgentemente, nós não saberemos o que poderá acontecer. Precisamos que o Poder Judiciário também se proponha a resolver o problema grave que é a falta de juizes criminais na Capital. Nós vivemos numa Capital de cerca de 850 mil habitantes. Nós temos efetivamente 5 juizes criminais na Capital, mais a Vara da Execução Penal. E Teresina é uma das comarcas em que você, e todo o País, vai, de segunda a sexta, nos fóruns da Capital, e encontra juizes criminais trabalhando. Inclusive, hoje, existe um sistema de mutirão que trabalha às quintas e sextas-feiras, trazendo juizes do interior para



auxiliar na Capital. Mas tudo isso ainda é muito pouco. É muito pouco porque o Estado precisa de uma reforma urgente no Judiciário, pelo menos com a ampliação do número de juizes na Capital, na preparação melhor dos seus serventuários, porque os juizes, além de serem em número reduzido, ainda têm um péssimo quadro funcional de serventuários. Poucos são preparados, poucos têm condições de agir e de trabalhar e de dar o resultado que as varas criminais precisam. E mais, o sistema hoje de cartório — e me parece que no País é um dos poucos Estados ainda que sobrevive com essa situação de cartórios, não criaram ainda as varas, as secretarias de varas, chamadas Secretarias Judiciais. Então, entendemos que o sistema penitenciário, a questão da superlotação dos presídios e principalmente nas delegacias de polícia, só se resolve se houver uma política séria, uma política voltada para o problema. E a política tem que ser desde o apoio, as condições de trabalho, a criação de mais varas criminais na Capital e principalmente um apoio efetivo, um comprometimento efetivo da nossa bancada federal no sentido de levar à Secretaria de Justiça esse socorro que ela está precisando em regime de urgência. É essa a presença da Ordem e o recado que nós tínhamos para dar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao representante da Ordem dos Advogados do Brasil no Piauí, Sr. Lúcio Tadeu Ribeiro.

Passo a palavra à Dra. Teresinha de Jesus Moura, representando o Ministério Público.

A SRA. TERESINHA DE JESUS MOURA BORGES - Exmo. Sr. Dr. Neucimar Fraga, representante da Comissão Parlamentar de Inquérito, Dr. Mag Say Say e demais autoridades aqui presentes, inicialmente eu gostaria de parabenizar a Câmara Federal, na pessoa dos Deputados aqui presentes, pela tão importante iniciativa de instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as condições do sistema penitenciário brasileiro, especialmente no que tange à superlotação carcerária, aos custos sociais e econômicos etc.

Inicialmente, gostaria de salientar que, embora sendo titular da Vara de Execução Penal, em março de 2004, recebi o convite do Procurador-Geral para assumir uma assessoria, a Coordenação das Varas da Infância e da Juventude, e, desde lá, fui afastada. Visitava, bimestralmente, quando assumi a Vara como titular, todas as penitenciárias e cadeias. E via, desde aquela época, o problema existente



em relação à superlotação carcerária, o que causava e continua causando fugas — o desrespeito — e gerando mais violência, em virtude de nós não dispormos de celas suficientes para abrigar, para selecionar presos. Muitas vezes, não há aquela divisão, pelo menos quando eu visitava. E confesso que gostaria que retornasse a nossa coordenação de penas alternativas.

O Diretor do Departamento Penitenciário Nacional publicou, no dia 18 de janeiro do corrente ano, que um terço da nossa população carcerária poderia estar respondendo a penas alternativas. São presos... Obviamente, estou me referindo a presos que praticaram crimes de baixa periculosidade, ou média: furtos, dano, violência de trânsito, acidente de trânsito, entre outros. Isso geraria inclusive uma redução de custos para o nosso sistema penitenciário, tendo em vista que, com cada preso, o gasto mensal gira em torno de 1.200 mensais.

No Piauí, no ano de 2001, foi implantada uma coordenação de penas alternativas. E essa coordenação foi um acordo celebrado entre o Ministério da Justiça e o Tribunal de Justiça. Infelizmente, por motivos que não cabe a nós ressaltar, em abril de 2004, essa coordenação deixou de existir no Piauí. Como eu estava como titular da Vara de Execução Penal, entrei em contato com o Procurador-Geral para acompanhar aqueles 32 presos que foram para as penas alternativas, cumprir suas penas alternativas, porque eu queria mostrar à sociedade a eficácia dessas penas, das penas alternativas. E acompanhei durante 2 anos, visitando os locais em que eles se encontravam prestando penas alternativas. Conversava com diretores. Publiquei um livro depois: *A Eficácia das Penas Alternativas*, e o distribuí a várias autoridades do Piauí, no sentido de nós retornarmos, porque, em 9 Estados da Federação, nós já temos inclusive as varas das penas alternativas.

O nosso sistema penitenciário está falido. Ele precisa de um olhar diferenciado de todos nós. Por que não começarmos a olhar por esse lado em relação às penas alternativas? E essa declaração o próprio Diretor do Departamento Nacional mencionou no dia 18 de outubro. Nós temos 168 mil detentos sem julgamento no Brasil. São presos provisórios. E esses presos provisórios estão abrigados — muitos — inclusive aqui, na Casa de Custódia. A Casa de Custódia era para abrigar trezentos e poucos presos. Ontem, eu estive com o Diretor da



penitenciária. Conversei com ele, e ele me falou que lá, de 336 detentos, existem quase 600. E eu tenho certeza, embora eu não esteja indo lá constantemente, como já ressaltai — estou afastada da Coordenação —, que muitos desses já poderiam receber uma pena alternativa. Então, o que está faltando? O que está faltando é um olhar diferenciado, é um defensor público ali presente, que analise, porque, quando eu visitava as penitenciárias, na época, eu conversava com os presos, e eles me diziam. Muitos daqueles presos já têm direito a uma progressão de regime, a um livramento condicional. Não recebendo aquele benefício, isso gera revolta, constrangimento, fugas e, conseqüentemente, violência. E muitos morrem.

A informação que eu anotei aqui é de um déficit de 220 mil vagas. E, esse déficit, nós poderíamos amenizar, se nós implantássemos, pelo menos — já não digo a Vara, que requer custos e mudança da estrutura da organização judiciária, mas que cada Estado tivesse pelo menos em funcionamento uma coordenação de penas alternativas, com uma equipe interdisciplinar: psicólogo, assistente social.

Qual é a finalidade da prisão? Ressocializar o preso, reinseri-lo na sociedade, no meio, para que ele tenha consciência do ato que praticou e não volte a delinquir. O sistema tem demonstrado, em relação a isso, que 85% dos presos voltam a delinquir. E, pelo sistema de penas alternativas, menos de 10%. Eles estão...

Eu concordo com a informação que foi dada aqui de aumentar o número dos presídios. Mas por que não pensarmos, inicialmente, em valorizar esse sistema de penas, que, além de dar oportunidade ao preso de encontrar uma profissão, restabelecer o seio da família, da sociedade, diminui os custos do sistema carcerário? E deveríamos realmente, como se afirmou aqui, integrar todos os órgãos.

Quero me referir também — e eu apenas anotei os tópicos das palestras — ao fato de, nos presídios, em virtude da superlotação carcerária, terem ocorrido mil mortes em 1 ano. É um absurdo! Nós não podemos nos conformar com essa situação. É importante que esta Comissão Parlamentar de Inquérito encaminhe para cada Estado dados concretos e o que cada Estado poderá fazer em relação ao melhoramento do sistema carcerário, mas não deixando de focalizar as penas alternativas, porque eu tenho certeza de que diminuirá bastante o problema da superlotação, das fugas, da violência, da criminalidade.



E esse problema não existe só no nosso Brasil. Esse problema existe em vários países. Agora mesmo, estou terminando uma dissertação de mestrado em que aproveitei o livro, já que tinha publicado, e estou fazendo um estudo comparativo do sistema penitenciário do Brasil com o sistema penitenciário de vários países da União Européia, entre eles Portugal e Espanha. Pude constatar que aqueles países que não valorizavam essas penas, não consideravam inclusive como penas, eles estão valorizando a partir de então. Em Portugal, talvez fosse menos de 10%. E, agora, com a reforma que houve em 2007, Portugal está valorizando. Eu vou inclusive defender a minha dissertação lá. E, em todos os países em que estão valorizando, em que estão retornando a esse olhar diferenciado, têm diminuído a violência e a criminalidade, porque tem diminuído também o problema da superlotação carcerária, o problema do tratamento dos presos. A gente tem de olhar, porque, se estão ali, eles praticaram crimes, mas eles são pessoas humanas e devem ser tratados com dignidade, não colocados em depósito, como se fossem lixo. E o que a gente percebe é isto: é esse olhar diferenciado.

E eu acredito nessas penas porque eu fiscalizei durante dois anos e conversava. Inclusive, desses 32 que eu acompanhei, vários deles foram contratados pelas instituições que os abrigaram. O Pe. Toninho inclusive teve um lá.

Eu anotei também que eu concordo com o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, quando fala que os presídios deveriam ser fiscalizados, visitados por representantes não só do Ministério Público, da magistratura e da Defensoria Pública. E isso eu fazia quando eu atuava na Vara de Execução Penal. Então, eu agradeço essa oportunidade e ressalto, novamente, que atualmente não tenho visitado porque estou em outra área. Mas eu gostaria que a Comissão levasse esta minha proposta: que nós valorizássemos mais, porque um terço da população carcerária do Brasil poderia receber, segundo dados, inclusive, do departamento, do Ministro da Justiça, já poderia estar cumprindo a sua pena através de penas alternativas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Nós agradecemos à Dra. Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Promotora de Justiça da Vara de Execução Penal, pela contribuição.



Esta Presidência solicita a V.Sa., se possível, esse estudo comparativo, já que a Relatoria pretende fazer comparações em vários itens dessa matéria com outros países.

A SRA. TERESINHA DE JESUS MOURA BORGES CAMPOS - Eu tenho o CD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - Pode ser. Nós agradecemos, porque já nos ajuda a avançar no relatório.

Nós temos certeza — eu tenho consciência, e a Comissão também — de que é possível ter um outro olhar e ter soluções para esses 420 mil presos que hoje estão nas cadeias e penitenciárias. E eu chego a essa conclusão com um raciocínio bem simples: nós temos 185 milhões de brasileiros. Se os 27 Governadores, o Governo Federal, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a sociedade não derem conta de 420 mil brasileiros, então, é melhor fechar as portas. Soluções existem, inclusive, aqui no Brasil, em vários Estados. O que falta mesmo é sensibilidade, sentimento, compromisso com esta questão, que acho que até hoje tem sido relegada, talvez por uma visão equivocada de que presos não têm nada a ver com a sociedade que está aqui fora, a chamada sociedade livre. E nós queremos dizer o contrário. Se nós não resolvermos a situação dos presos, não resolveremos a situação dos que estão aqui fora.

Portanto, nós solicitamos a V.Sa. que contribua com a Comissão com esse estudo.

Queremos avisar a todos os convidados que devem ficar aqui na Mesa, porque, depois, a Comissão vai fazer perguntas para ambos os expositores. Também vamos ter uma sessão reservada, secreta, só com alguns presos que nós selecionamos para ouvir aqui na Comissão.

Nós queremos convidar para fazer uso da palavra o Sr. Mag Say Say Feitosa — e já sei que, nesse depoimento, a tudo o que lhe for perguntado, ele vai dizer: “*sei, sei*”. Portanto, nós concedemos a palavra ao Sr. Mag Say Say Feitosa, para dizer tudo o que sabe a respeito dos problemas do sistema carcerário e das coisas positivas. S.Sa. tem 5 minutos, com a tolerância razoável, desde que não seja extravagante.



O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Boa-tarde a todos — Deputado Neucimar, Deputado Domingos, Deputado Felipe, Federais, Deputado Themistocles, Governador Guilherme, Deputado João de Deus, Deputado Fábio Novo, Dra. Cléia, Dr. Tadeu, Jacinto, Vinícius, Capitão Carlos Gomes, Dra. Teresinha.

Bem, nós estamos na Secretaria de Justiça desde 2003, realizando um trabalho árduo, hercúleo, sem nenhuma veiculação política ou partidária ou à espera de recebimento de medalhas pelo cumprimento do nosso dever. Hoje, a Secretaria de Justiça, que representa o sistema penitenciário, Deputado, abrange 14 unidades prisionais, entre 7 penitenciárias, 1 colônia agrícola, 2 casas de albergado e 2 penitenciárias femininas, além do hospital penitenciário. Nós tínhamos, senhores, em 2003, 1.200 presos. Hoje, em 2008, nós já somamos 2.310 presos. Isso representa quase 100% em pouco mais de 5 anos de evolução no sistema carcerário, como bem disseram o Dr. Lúcio e o Sr. Jacinto, sem a construção de novas unidades prisionais, claro.

O DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional, vinculado ao Ministério da justiça, por um tal de contingenciamento de recurso, não disponibilizou recursos para a construção de novas unidades prisionais. Então, a Secretaria de Justiça teve de encontrar um jeito para continuar recebendo os presos das delegacias no sistema penitenciário. E o que fez, claro, por sua obrigação, foi otimizar os espaços existentes, procurando receber o maior número possível de presos. E assim o fizemos na Penitenciária de Floriano e na Penitenciária de Parnaíba, onde havia regime semi-aberto sem demanda de presos. Nós as transformamos em pavilhão para presos provisórios, com um baixo custo e grande retorno para a sociedade, que vê esses presos em delegacias vez por outra fugindo ou adoecendo por mínimas condições de saúde e salubridade.

Bem, em se tratando de sistema penitenciário e de superlotação em delegacias, só queria ressaltar, Sr. Deputado, que, no ano de 2007, nós recebemos 1.099 presos das delegacias da Capital, na Casa de Custódia e Penitenciária Irmão Guido. É uma grande rotatividade de presos. Isso é motivo para essa superlotação existente hoje na Casa de Custódia, com quase 600 presos encarcerados naquela unidade penal. Há essa superpopulação carcerária naquela unidade penal, com capacidade para 336, mas nós vimos implementando algumas medidas dentro



daquele cárcere para que não prejudique a saúde dos presos e a salubridade das celas, com a construção de novos beliches, e para melhorar a convivência entre os detentos.

Bem, as medidas que nós vimos adotando ao longo dos anos, como a readaptação de espaços ociosos, somadas à criação de beliches em unidades prisionais que não tinham esse objeto, que é o beliche, proporcionarão, claro, o recebimento de mais presos das delegacias no sistema penitenciário até quando não puder mais assim fazê-lo, não puder mais recebê-los. Mas, até lá, nós acreditamos que as novas unidades prisionais, Sr. Deputado, já estarão quase prontas ou a caminho disso. Nós temos a penitenciário nova do Governo Federal, do órgão do DEPEN, para 120 pessoas, aqui na região de Altos; temos uma do PRONASCI, para 450 pessoas, também no Município de Altos, para jovens entre 18 e 24 anos. E recebemos a grata notícia do Maurício Kuehne, que é o Diretor do DEPEN, nos convidando para irmos até Brasília, agora, no dia 19 de março, para darmos ou sinalizarmos as nossas prioridades entre os projetos que estão lá, para a construção de mais 3 unidades prisionais no Estado: uma em São Raimundo Nonato, uma em Campo Maior e outra em Piripiri.

De modo que, a médio prazo, teremos uma oferta de aproximadamente 700 a 800 novas vagas no sistema penitenciário. Isso, claro, vai desafogar, e muito, a tensão existente em delegacias de polícia.

Bem, em se tratando de segurança prisional, o sistema penitenciário vem buscando sempre melhorar com investimentos na área de segurança, na capacitação de agente penitenciário. Nós criamos, agora, a primeira ou segunda Escola Penitenciária do Nordeste, inaugurada no ano passado, na qual nós já capacitamos novos agentes penitenciários, antigos agentes penitenciários e estamos, agora, iniciando um novo curso de capacitação de direitos humanos. E isso é uma tendência do sistema penitenciário que investe mais no social, na questão da ressocialização do preso. A nossa Secretaria prima pelo social, pelos projetos de ressocialização do preso, porque acreditamos, sim, que, só com a ressocialização, poderemos obter sucesso na nossa missão árdua, como eu disse, de ressocializar o preso, que é a finalidade única e ímpar do caráter punitivo da



pena, que é a questão da ressocialização. E disso nós não vamos abrir mão, em função de outros problemas elencados.

Bem, a Secretaria de Justiça vem, ao longo desse tempo, buscando, Dra. Teresinha, esse entrosamento contínuo e profícuo com outros entes da Administração da Justiça, seja o Ministério Público, seja a Defensoria, sempre buscando apoio junto aos juízes da Execução Penal com o Poder Judiciário existente nas comarcas onde há presídio. Mas o que nós vemos, lamentavelmente, até agora, é que essas autoridades não visitavam os nossos estabelecimentos prisionais. Então, os estabelecimentos prisionais ficavam à nossa mercê, sem fiscalização, e os presos sem a garantia da presença do juiz ou do fiscal da lei, do Ministério público.

E, agora, com a resolução do Conselho Nacional de Justiça, finalmente, nós vamos ter nos presídios a visita dessas autoridades constituídas, seja o Ministério Público, seja o juiz da execução, para podermos, sim, balizar e termos a tranqüilidade no nosso mister, no nosso empenho, nas nossas atividades, principalmente porque isso vai trazer tranqüilidade para o preso, por saber que tem gente, tem fiscal, tem juiz olhando por ele a todo momento. Queria fazer alguns esclarecimentos em relação à palavra do Dr. Jacinto, do Vereador Jacinto. Em relação ao perfil dos nossos diretores de presídio, Deputado Neucimar, nós temos 14 unidades prisionais. E em todas elas nós temos um profissional adequado para aquela unidade prisional. Nós temos, na Penitenciária de Parnaíba, um capitão bacharel em Direito; nós temos em Esperantina um capitão bacharel em Direito; nós temos na Casa de Custódia um capitão formando em Direito, em Segurança Pública; nós temos na Penitenciária Irmão Guido um tenente formando em Direito, bacharel em Segurança Pública; nós temos na Penitenciária de Picos um agente penitenciário bacharel em Direito, professor de faculdade; nós temos na Penitenciária de Oeiras um bacharel em Direito, advogado; nós temos em Floriano uma agente penitenciária bacharela em Direito, assistente social — faz os 2 papéis no presídio; nós temos em Bom Jesus um bacharel em Direito, advogado, Dr. Carlos Nogueira. Enfim, todos os nossos diretores estão segundo o perfil da lei, estão nomeados segundo o perfil da lei: profissionais competentes e compromissados ou comprometidos com o serviço penitenciário. Quanto a isso, nós nos resguardamos e temos a tranqüilidade e a



serenidade do que foi colocado aqui agora pelo Sr. Jacinto. Em relação à OAB, ao que o Dr. Lúcio Tadeu fala, em relação a recursos estaduais e federais, infelizmente nós estamos numa situação realmente complicada, porque a Secretaria de Justiça depende de recursos federais para construção de novas unidades prisionais, na medida em que o valor representa uma grande soma, significativa, que o Estado do Piauí, sozinho, não tem condição de bancar. Muitas vezes, até a contrapartida dos 10% é danosa até para o cofre estadual. De modo que nós estamos sempre aqui a depender do Ministério da Justiça para a liberação desses projetos que são encaminhados anualmente e pontualmente para aprovação e análise. Ocorre que o Estado do Piauí, comparado a outros Estados da Federação, estava bem, por assim dizer, na sua aplicação da Lei de Execução Penal. De modo que nós não éramos prioridade, o Estado do Piauí não era prioridade junto ao DEPEN. E agora já parece ser, na medida em que nós já estamos com a nossa capacidade de recebimento de preso totalmente esgotada. Nós temos agora, sim, que fazer força, como disse, junto ao DEPEN, agora no dia 19 de março, para receber esses recursos, a aprovação desses projetos e iniciar a construção dessas novas obras. Queremos, então, logo em seguida, estar oportunizando essas vagas para a Secretaria. Tivemos agora também, Deputado, uns recursos da bancada federal do Piauí lá na Câmara, da ordem de 15 milhões de reais; e nos foram tirados 5 milhões para a construção de 2 unidades prisionais. Esse recurso, em vez de cair no DEPEN, foi para a SENASP. A SENASP, como o senhor sabe, é a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Então, a Secretaria de Justiça perdeu esses 5 milhões. Todos esses 15 milhões da bancada federal piauiense foram para a Secretaria de Segurança local, e lá ela distribuiu conforme os projetos que foram encaminhados. Então, nós perdemos agora esses 5 milhões da bancada estadual do Piauí. Em relação, ainda, Deputado, aos doentes mentais citados pelo Sr. Jacinto, através de um trabalho grandioso, nós conseguimos implementar o Hospital Penitenciário Dr. Valter Alencar, onde hoje nós abrigamos os doentes mentais em medida de segurança. Trabalho grandioso, de grande responsabilidade, e crescente. Nós temos um projeto agora, Sr. Jacinto — não sei se o senhor sabe —, para ampliar mais um pavilhão para 80 vagas de doentes mentais e dependentes químicos. Veja só que no Piauí não tem um órgão público de clausura para dependentes químicos. Alguns presos estão em instituições



filantrópicas, como Fundação Betesda, Fundação da Paz, Fazenda Esperança. E no Hospital Penitenciário, numa ala para dependentes químicos, poderemos tratar com maior tranqüilidade, rigor e fiscalização os dependentes químicos ou aqueles autuados com substância entorpecente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Sr. Mag Say Say pela participação conosco e pela atenção dispensada também à CPI durante todo o dia de hoje. Parabenizamos todos os membros da Secretaria de Justiça, da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado do Piauí e também da Polícia Federal pela atenção que tem sido dispensada aos trabalhos da Comissão aqui neste Estado.

Neste momento, nós vamos abrir uma exceção aqui. O Deputado Fábio Novo tinha pedido para fazer uma saudação à Comissão. Nós vamos abrir espaço para que ele possa fazer uso da palavra.

Logo em seguida, nós vamos tomar depoimento de alguns detentos que já estão aqui. E nós vamos ter que contar com a colaboração e a compreensão de todos, porque essa segunda parte da sessão vai ser secreta. Então, só ficarão no plenário os Parlamentares da Comissão, a Assessoria e a Polícia Federal, que está acompanhando a CPI.

Deputado Fábio Novo.

O SR. DEPUTADO FÁBIO NOVO - Boa-tarde a todos e a todas. Quero saudar aqui o nosso Deputado Federal Neucimar Fraga, também o nosso companheiro Domingos Dutra, do Partido dos Trabalhadores, saudar aqui o nosso Presidente da Assembléia, Deputado Themístocles, e dizer que o trabalho de vocês é muito importante. Situações como essa ajudam a corrigir os eventuais erros que têm no sistema. A gente sabe que é muito complexo manter toda uma estrutura e um sistema como esse. Mas a gente também queria ressaltar algumas coisas importantes. O Vereador Jacinto Teles já ressaltou essa importância. E eu queria mais era fazer um depoimento. Eu sou filho de Bom Jesus, uma cidade no extremo sul do Piauí, a 640 quilômetros daqui, onde lá também nós temos um presídio, considerado, por sinal — não é porque é a minha cidade —, um dos melhores presídios. E tem uma situação muito interessante lá. Lá, nós temos uma situação... Depois que nós tivemos... passamos a contar com a Defensoria Pública, vários



detentos que já tinham cumprido a sua pena... A ação do defensor público fez com que realmente nós desocupássemos esses espaços que estavam lá, de pessoas que já tinham concluído a sua pena. Além disso, devo dizer que nós temos lá algumas experiências exitosas. Por exemplo, o nosso presídio hoje, Sr. Presidente, tem uma fábrica de leite de soja. Uma fábrica de leite de soja. Aquela região é uma região que produz muita soja. Tem uma das maiores produtividades de soja do País. E nós tivemos a idéia de pleitear esse projeto, que custou algo em torno de 400 mil reais em equipamentos. Os presos de bom comportamento produzem o leite de soja, que é riquíssimo, e esse leite é destinado para o próprio presídio, para o hospital da cidade, para as escolas públicas, e também é distribuído para famílias carentes da cidade. Além disso, lá tem a questão da confecção de fraldas. Temos também hortas, que estão sendo cultivadas lá no presídio. E, além disso, nós temos ainda lá um trabalho excepcional na área de educação, que é uma parceria que tem lá das escolas do Estado com o presídio. E ainda temos até... Os presos de bom comportamento lá participam, todo ano, do espetáculo da Paixão de Cristo, através de um grupo de teatro. Então, eu acho que a gente deve ressaltar também as coisas boas que acontecem. Então, eu não poderia deixar de dar este depoimento aqui e de dizer também que o nosso Governador Wellington Dias tem feito um esforço muito grande para melhorar esse sistema. Quando o Governador assumiu, nós tínhamos aqui 2 presídios desativados: o Irmão Guido e a Penitenciária de Bom Jesus. Ele fez todo o esforço no sentido de fazer uma reavaliação desses espaços físicos, uma reforma, e eles passaram a funcionar. Naquela época, nós necessitávamos de 500 vagas. Abrimos 1.100 vagas. É claro que se prendeu mais. Também hoje já tem uma carência. E nós temos agora, eu acompanho aí com a Dra. Cléia, projetos, já no Ministério da Justiça, para construir 3 novos presídios — em Oeiras, em Campo Maior e outro em São Raimundo Nonato —, dependendo apenas da liberação dos recursos. E 17 milhões de reais estão garantidos, através de uma emenda que o Governador conseguiu negociar com o Deputado Paes Landim — e me falha aqui a memória quem é o outro Deputado Federal —, que vai trabalhar esses 17 milhões para equipamentos, segurança e inteligência. Estamos recebendo um helicóptero. E agora recentemente nós tivemos... Já no mês passado, aqui, foram chamados mais 41 novos agentes penitenciários, que passam a



incorporar esse efetivo que vem se somar aí para fazer um trabalho melhor junto aos presídios. Por fim, quero dizer que, apesar de todas as dificuldades, os dados que foram colocados no mês passado colocam o Estado do Piauí como o Estado menos violento — empatamos até com Santa Catarina —, menos violento do País. Quero dizer que todo esse esforço que tem sido feito... Em 5 anos de Governo Wellington Dias, também já contratamos 800 policiais. Devo dizer que um agente penitenciário ainda ganha pouco no Estado do Piauí. Mas, quando nós assumimos o Governo, um agente penitenciário, com todos os penduricalhos que tinha, ganhava 900 reais. Hoje um agente penitenciário, na sua carreira inicial, ganha 1.500 reais. E já temos o plano de cargos e salários, que foi ressaltado então pelo Vereador Jacinto Teles. Eu gostaria de estar apenas fazendo aqui esses esclarecimentos e colocando esses pontos e de dizer que o trabalho que vocês fazem é louvável. E nós hoje estamos muito felizes pela presença de vocês aqui no Estado do Piauí. Acredito que a passagem de vocês aqui se soma a esforços do Governo, da Secretaria de Justiça, enfim, de todos os órgãos e de todas as pessoas envolvidas, para que possamos melhorar uma situação que é delicada e que merece mais atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos agradecer ao Deputado pelas suas palavras.

O Deputado Domingos Dutra, Relator, tem a palavra, caso queira fazer alguma indagação aos representantes das instituições.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu vou fazer algumas perguntas. As pessoas anotam e depois respondem.

Eu queria perguntar ao Sr. Jacinto Teles, que representa aqui os agentes penitenciários, se ele pode relatar à Comissão... se ele tem conhecimento de casos de maus-tratos, casos de corrupção, que ele sinalizou na tribuna, existentes. E, se possível, citar nomes, citar fatos, para que a CPI possa avaliar.

Queria perguntar também ao Sr. Jacinto se tem algum agente penitenciário contratado, ou se todos já são concursados. Se tem contratado, se a remuneração é igual à daqueles que são concursados. Que o senhor pudesse informar, nos últimos anos, se houve morte de agentes penitenciários; se foi em serviço; se foi em decorrência da atividade; se houve ameaças; quantas; se também tem agente doente em função da atividade profissional, com problemas psicológicos, com



stress; se tem repercussão no ambiente familiar, com separações, com alcoolismo. Porque, como eu disse, nós também estamos preocupados com quem trabalha no sistema.

Perguntaria ao representante da OAB, Dr. Lúcio... Perguntaria ao senhor se há alguma representação contra advogados, porque por onde nós temos andado, visitado estabelecimentos, há muitas queixas de presos, dos poucos que têm advogados, de que os advogados recebem os honorários e abandonam a causa. Aqui, hoje, no Estado do Piauí, nós tivemos queixa de presos que pagaram os honorários e o advogado abandonou a causa. Isso passa para a Defensoria. É um problema que a Defensoria tem a mais. Se a OAB tem algum tipo de reclamação nesse sentido. Perguntaria se a OAB tem Comissão de Direitos Humanos. E, se tiver, se a Comissão de Direitos Humanos tem atuação nesse setor, no sistema carcerário. Porque eu vou recomendar, no nosso relatório, que as Comissões de Direitos Humanos das Assembléias, da OAB tenham atuação efetiva, porque a CPI é passageira. Nós assanhamos o problema, o tema está na agenda nacional, mas daqui a 2 meses deixamos de existir. E se não houver comissões permanentes das Assembléias Legislativas, da Câmara Federal e da sociedade civil — e a OAB tem um papel decisivo —, os problemas voltarão a se avolumar. Então, eu perguntaria se tem Comissão de Direitos Humanos e se ela é atuante.

Perguntaria ao senhor — e já estendo também à Dra. Teresinha e à representante da Secretaria — quantas comarcas há aqui no Estado do Piauí; quantos municípios são termos agregados a comarcas; se todas as comarcas têm juiz; se os juízes vivem efetivamente lá na comarca ou se passam só terça, quarta e quinta e vêm embora. Perguntaria também à Dra. Teresinha quantos promotores existem, quantos efetivamente vivem na comarca, ou se também fazem como o juiz: só chegam quarta e quinta, não se relacionam com a população, não se misturam com o povo, são extraterrestres. Porque no meu Estado eu vejo muito isso. Promotores, juízes chegam na comarca, vão para o seu gabinete, têm muito trabalho, é verdade, mas também não se relacionam com... E essa questão de termos municípios que não são comarcas, são distantes, acaba dificultando a prestação jurisdicional. Perguntaria também quantos desembargadores há no Piauí e qual é o salário do desembargador, dos promotores, dos que estão na Capital, dos



que estão lá no interior iniciando, dos juízes. Nós queremos fazer um comparativo. Qual é o salário de todos que trabalham no sistema? Tem gente ganhando 500, tem gente ganhando 25 mil. Então, há uma distância muito grande entre todos esses segmentos.

Eu perguntaria à Dra. Teresinha se tem notícia de torturas e maus-tratos, se já chegou ao Ministério Público alguma denúncia. E perguntaria à senhora... A senhora declarou aqui que, quando a senhora estava na Vara de Execução, de 3 em 3 meses a senhora visitava as cadeias e penitenciárias. A Lei de Execução Penal determina que mensalmente o juiz tem que fazer vistoria, tem que fazer um relatório; e o promotor tem também que fazer o seu trabalho de diligência. Eu já muito crítico, porque a lei existe. Mas nós já vimos casos, como em Minas Gerais, onde um juiz de execução tem 12 mil processos. Então, é impossível que um juiz dê conta de 12 mil processos e ainda visite.

Portanto, nós queremos saber da senhora: se não há visita dos demais promotores, que a senhora pudesse dizer os motivos. É excesso de trabalho? É falta de motivação? É nojo de preso? Porque chegar perto de preso não é fácil não. O cheiro não é bom. E como nós temos faculdades de Direito que formam... quase todos os formandos são de classe média alta, têm medo, têm nojo de pobre, o cheiro não agrada. Eu estou lá, nós aqui, mas sabemos que o cheiro não agrada. Nós estamos lá por compromisso. Mas temos que lavar a roupa toda vez que vamos a uma cadeia. Portanto, eu gostaria de saber da senhora por que os juízes e promotores não visitam.

Eu vou passar para a senhora. Também vou passar para a OAB, porque nós visitamos assim de forma muito rápida, porque o nosso tempo é curto. Mas, nesse tempo tão curto que passamos, temos tantas queixas! Os presos estão pedindo tanto socorro! Até agora não houve uma ameaça a nós. Ninguém. Nenhum preso fez um gesto de ameaça. Muito pelo contrário. Todos os presos estão pedindo socorro.

Vou listar aqui e vou passar às mãos de V.Sa. Tem o seguinte: aqui tem a D. Maria Antônia de Moura. Ela está presa pelo art. 155. Está presa há 2 anos. Nunca foi ouvida pelo juiz. Então, isso aqui é um absurdo! Ou seja, se o juiz que lavra o flagrante, que pega o flagrante que a polícia lavrou, se passasse para o promotor, e os 2 resolvessem chamar aquele preso à sua presença, talvez essa pessoa não



fosse para a cadeia. Primária, tem residência, um furto. Por que vai para a cadeia e está há 2 anos sem ser ouvida?

Nós temos aqui a D. Maria de Fátima Ribeiro da Silva — art. 155. Está há 2 anos e 6 meses. Ainda não foi julgada.

Portanto, nós temos vários casos que a Comissão levantou de forma bem rápida, que poderiam não estar mais presos e estão, por falta da visita.

Nós temos aqui a D. Belídia da Silva Pereira — 61 anos. Está presa há 30 dias pelo art. 171. Alguém mandou ela no banco pegar lá uma aposentadoria e ela foi presa, já com essa idade. Nunca cometeu nenhum crime, segundo ela. Tem residência fixa, tem família, trabalhava. Se tivesse visitas periódicas, eu tenho certeza que muitos desses casos — esse um terço que o Dr. Maurício afirma que deveria estar fora — estariam fora. Além da agressividade ao preso, que está ali preso há mais tempo do que deveria, todos nós estamos pagando essa conta. O custo de um preso — a senhora falou R\$1.200,00 — estamos pagando de forma indevida.

Portanto, eu perguntaria à senhora quais são os motivos que fazem com que os juízes, os promotores não visitem as penitenciárias? Eu perguntaria para a senhora também se a senhora tem informação sobre o número de processos que cada promotor, hoje, cuida. E, por extensão também, o número de processos que cada juiz cuida. Porque, na medida em que vamos fazer a crítica, nós também queremos saber os motivos. E um dos motivos já sabemos que é o excesso de processos. Queria saber se as promotorias estão informatizadas, se na Vara de Execução Penal e na Promotoria de Execução Penal está tudo informatizado. Porque, se estiver, tem o nome do preso, sabe o dia em que ele foi preso, sabe o dia em que foi condenado, o dia em que foi recolhido à prisão. Por que não age de ofício? Por que tem de esperar ter uma advogada ou defensor público para promover, para provocar, se está tudo informatizado? Por que o Ministério Público não age de ofício quando há já o excesso de prazo?

Eu perguntaria ao Dr. Say Say se há algum indício de organizações criminosas atuando aqui na região. E se o senhor também tem notícias de maus tratos no sistema penitenciário. Dos demais, Sr. Presidente, eu queria saber por que não tem comissão de classificação. A falta de comissão de classificação leva à mistura de um preso que praticou um furto simples com gente de alta periculosidade.



Por que não tem a falta de comissão de classificação e quais as conseqüências para o sistema? Também, que o senhor dissesse quantos trabalham — e já sabemos que é uma grande maioria —, por que o Estado não garante trabalho aos presos, se tem conselho de comunidade em todas as comarcas. Se não tem conselho de comunidade, quais são os problemas? E que o senhor encaminhasse, para a Comissão, o regulamento disciplinar. Como bem diz o Presidente, a legislação é federal, é o Congresso que faz, mas a gestão do sistema é estadual. Cada Estado tem a sua metodologia. Que o senhor mandasse o regulamento disciplinar e pudesse informar quantos presos foram punidos no ano de 2007, quais os motivos e se foi garantido o devido processo legal a esses presos.

Como já há uma série de informações, Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito, mas dizendo que é importante que o Diretor e a Secretária fiquem aqui, assim como a Promotora. Nós vamos ouvir oito presos de forma sigilosa e talvez surjam denúncias que temos que repassar aos senhores, para que providências sejam tomadas.

No mais, eu também quero agradecer aqui ao Diretor, que nos acompanhou nesse período inteiro, muito entusiasmado com o sistema. Deu para notar que o Dr. Say Say tem entusiasmo pelo o trabalho que faz — isso é muito importante. Também os avanços aqui no Governo do Piauí, comparativamente com outros Estados, são avanços significativos, mas é evidente que há deficiências. Essas deficiências não são obra de um Governo só, há um passivo antigo, mas é evidente que há denúncias graves. Nós queremos apurar e sabemos que nem sempre as dificuldades, os problemas podem chegar ao nível superior.

E, por isso, nós queremos... Eu sou do PT, nós já tivemos problemas com o Governo do PSDB lá, em Minas Gerais, mas não fizemos CPI para Governo, para proteger Governo nem passar a mão em Ministério Público, nem passar a mão na cabeça de juiz. Nós estamos aqui para realçar o que é justo, declarar o que está correto, mas também para tomar providências diante das omissões do Estado.

Por isso, eu quero agradecer a acolhida do Governo do Estado do Piauí, a acolhida aqui da Assembléia Legislativa e desejar que o resultado desse nosso trabalho seja mais segurança para todos nós brasileiros.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero acrescentar uma pergunta ao representante da Secretaria de Justiça, o Sr. Say Say, que aqui fala também pela Secretária: qual é o investimento do Governo do Estado com recursos próprios do Estado no sistema penitenciário no ano de 2008? Investimento próprio do Estado com recurso do Tesouro Estadual no sistema penitenciário para o ano de 2008.

Vou conceder ao representante da OAB 3 minutos para responder à pergunta feita pelo Deputado Domingos Dutra; vou conceder 3 minutos ao representante dos agentes penitenciários para responder à pergunta do Deputado Domingos Dutra e ao Say Say e à promotora, 5 minutos para cada um. Começando pelo representante da OAB.

O SR. LÚCIO TADEU RIBEIRO - Sr. Relator, Deputado Domingos Dutra, em resposta à pergunta de V.Exa, gostaria de salientar que a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Estado do Piauí, como em todo o Brasil, tem um caráter efetivo, permanente e atuante. Como ressaltai, desde o primeiro dia da nossa gestão, procuramos dar prosseguimento aos trabalhos dos colegas que nos antecederam na questão da visita aos presídios e às delegacias de polícia. Tem sido uma luta nossa constante, uma crítica construtiva constante, inclusive indicando soluções. Temos cobrado, como dissemos há pouco neste plenário, participação mais efetiva dos nossos representantes federais, no sentido de ajudar o Governo do Estado na busca de verbas federais para construir melhor, fisicamente, o sistema penitenciário no Estado do Piauí. Então, a Comissão de Direitos Humanos tem participado: já veio a esta Casa por mais uma vez em reunião com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia; tem mantido um estreito relacionamento com a Comissão de Direitos Humanos também da Câmara Municipal e o Conselho Estadual dos Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês têm constatado denúncias de maus-tratos?

O SR. LÚCIO TADEU RIBEIRO - Todas as denúncias constatadas de maus-tratos, não só em penitenciária, mas como em delegacia de polícia, têm sido encaminhadas ao Ministério Público. As questões em delegacias de polícia têm sido encaminhadas à Secretaria de Justiça e à Secretaria de Segurança Pública. E quero



aqui ressaltar o trabalho da Corregedora de Justiça, que tem respondido à Ordem dos Advogados todas as reclamações que lhes são encaminhadas, bem como à Corregedoria da Polícia Militar. Os abusos existem, mas os que chegam ao nosso conhecimento denunciaremos e acompanhamos a apuração — e temos obtido respostas. A questão dos advogados, a questão de honorários, quero dizer a V.Exa. que, há muito tempo, o Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados não trabalha tanto como trabalha agora. Naturalmente, não existe uma divulgação, porque os procedimentos correm em segredo de Justiça. Mas todas as reclamações — temos vários colegas advogados envolvidos em problemas, inclusive no interior da penitenciária, da Casa de Custódia, que estão sendo submetidos a procedimento junto ao Tribunal de Ética. A OAB, inclusive, Excelência, mantém uma comissão ativa e permanente de relacionamento com o Poder Judiciário, cobrando inclusive agilidade e denunciando casos de juízes faltosos, e cobrando, junto à Corregedoria, à Presidência do Poder Judiciário, mais efetividade e maior aceleração nos processos. Porque, além de trazer um prejuízo à sociedade também, traz um prejuízo à classe, porque a advocacia vive de resultados. Então, a OAB tem sido vigilante, tão vigilante que, em todos os movimentos inerentes a direitos humanos, nós estamos presentes. Temos também no Estado, só para fechar, uma comissão que foi criada na atual gestão e que tem sido ativa, que é a Comissão de Apoio aos Deficientes Físicos, que tem um trabalho belíssimo, em conjunto com a Secretaria de Ação Social no Estado. Então, a OAB tem sido vigilante, tem apoiado e tem cobrado na hora em que é para cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Gostaria de solicitar a V.Sa. que encaminhasse à Comissão todos os requerimentos e denúncias, quaisquer que sejam elas, e também os processos que envolvem os profissionais do Direito.

O SR. LÚCIO TADEU RIBEIRO - Olha, Excelência, a questão dos processos que envolvem abusos de autoridade, a questão que envolve direitos humanos, eu posso fazer, posso me comprometer. A questão dos processos que envolvem os colegas advogados que estão sob o julgamento do Tribunal de Ética, não posso me comprometer, porque eu não tenho ascensão e nem sou do Tribunal. Lá, nós temos



um presidente ativo. Mas tenho certeza de que o requerimento de V.Exa. será, de imediato, atendido pela Presidência da OAB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sobre a estrutura do Poder Judiciário, o senhor poderia orientar comarca, juiz?

O SR. LÚCIO TADEU RIBEIRO - Nós temos um grave problema no Estado na questão do Poder Judiciário. Além da distância das comarcas, a carência de material, de pessoal traz um problema muito sério para o nosso Estado. Temos, como disse aqui o Deputado Fábio Novo, que é lá do sul do Estado, lá de Bom Jesus, onde tenho estado freqüentemente na Comarcas de Corrente. Gilbués, principalmente, que é uma comarca carente de estrutura física, tem um prédio que está praticamente caindo em ruínas — pouquíssimos serventuários. Nós temos um problema muito sério no Cartório do Registro de Imóveis, que inclusive está sob a investigação da Corregedoria de Justiça, através da denúncia de uma proprietária rural. Temos Bom Jesus, que é uma comarca grande, que concentra um pequeno pólo, que também carece de um fórum melhor. Temos um juiz atuante, que está toda semana na comarca, o Dr. Reginaldo. Pelo menos, nessa semana em que visitei — este mês ele está em férias; está respondendo pela comarca o Juiz de Cristino Cássio, Dr. Ferreira. Mas a verdade é a seguinte: que o nosso Poder Judiciário carece muito, principalmente de uma reestruturação no tocante aos cartórios, que precisam ser transformados em secretarias judiciais, e principalmente contratação, concurso público para serventuários qualificados. Muito mais grave do que a falta de juízes é a falta de serventuários qualificados. Nós, há muito, não temos tido concurso para preencher as vagas existentes, não só na capital, mas principalmente no interior de pessoal qualificado, como foi feito há pouco tempo, no Tribunal Regional Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A OAB, e aí fica para todos os demais, toparia organizar, junto com o Ministério Público, o Poder Judiciário, Universidades, Governo Federal, um grande mutirão, para verificar a atuação desses presos como forma de desafogar a superlotação?

O SR. LÚCIO TADEU RIBEIRO - Excelência, com certeza. Temos, na OAB, a Comissão de Assessoria Jurídica, que temos todo... Nosso trabalho, é bom dizer, na Ordem dos Advogados, enquanto comissão, é voluntário e gratuito. Às vezes,



gastamos os nossos recursos para poder ter locomoção. Mas temos, este ano, um trabalho espetacular que eu gostaria de ressaltar aqui da nossa Comissão de Assistência Judiciária, onde temos, diariamente, pela manhã, 3 advogados, e à tarde, 3 advogados, cada um com estagiário, justamente para atender a questão das pessoas que nos procuram. Temos o cuidado, naturalmente, de ter um contato com a Defensoria Pública, para não haver aquele equívoco de que estamos querendo avançar nas atribuições da Defensoria Pública do Estado. Mas a Ordem dos Advogados, a diretoria, faz questão de estar sempre convocando os colegas. E todos os dias na OAB temos esses colegas voluntários. Com certeza, será um prazer para a OAB participar de mais esse evento, de mais essa busca da melhoria ao atendimento jurisdicional do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos.

Passamos a palavra agora, para responder também às perguntas feitas pelo Deputado Domingos Dutra, ao representante do Sindicato dos Agentes Penitenciários Jacinto Teles, por 3 minutos.

O SR. JACINTO TELES COUTINHO - Deputado, com relação ao estresse, o desgaste físico e psicológico é uma constante no sistema penitenciário pelas próprias peculiaridades da função. Tivemos diversos companheiros e companheiras com distúrbios, inclusive conflitos familiares, sociais. Inclusive, tivemos companheiros que vieram a falecer pelo alcoolismo. O último foi o companheiro Paulo Moreira Lima. No seu último ano de vida, ele estava entre o sanatório, a sua casa e o sindicato. Chegava lá e dizia "Não, eu quero trabalhar." Aí, chegava ao presídio... Uma situação, assim, triste. E só para citar um exemplo. Mas são vários exemplos. Obviamente, eu não fiz um trabalho voltado para essa apresentação aqui, mas temos também. Assim como temos casos de maus-tratos ainda no sistema penitenciário, temos casos também de agentes que são vítimas de presos de alta periculosidade. Há dois meses, tivemos 3 companheiros, inclusive o Walber Alexandre pegou um balaço no braço, foi ao hospital, como não tinha um plano de saúde particular, o hospital o colocou no corredor. Mesmo a nossa lei garante que, estando de serviço, tem toda a assistência por parte do Estado. Estivemos lá permanentemente, conversei com o Dr. Noé Fortes, que é o Diretor-Geral do Hospital, até que a gente conseguiu uma sala de recuperação. Ele saiu, e foi o



sindicato que foi lá, comprou seu medicamento. Ele foi dar entrevista lá no sindicato. Não tem recurso na Secretaria de Justiça, uma verba específica com esse objetivo de dar assistência ao agente penitenciário. Inclusive, Deputado Domingos Dutra, não temos seguro de vida. É uma reivindicação antiga, os policiais militares aqui no Piauí já têm seguro de vida — os policiais militares. Os agentes penitenciários e os policiais civis não têm seguro de vida. Lembro-me de que isso é uma recomendação do Plano Nacional de Direitos Humanos, que os governos instituíam seguro de vida para os policiais civis e penitenciários. Da mesma forma, tivemos o Francisco Bonfim, que também recebeu um balaço há dois meses atrás lá na Custódia; tivemos outro agente penitenciário, não me lembro agora o nome, Gladstone de Alencar, que foi esfaqueado lá nessa tentativa de fuga. E hoje, em Picos, inclusive o nosso representante lá, que é agente penitenciário plantonista, Rogério Bezerra, ele nos encaminhou um documento dizendo que está sendo ameaçado de morte — ele e mais dois agentes penitenciários. Desculpem-me porque fiz uma confusão: Gladstone é de Picos, é um dos que estão sendo ameaçados de morte, e também o agente conhecido como Moura. Eles estão mandando isso por escrito, já comunicaram à direção do estabelecimento penal, e lá eles reclamam que a direção não está cumprindo rigorosamente a questão disciplinar de acordo com a periculosidade, com a ameaça que faz ao agente. Isso é uma questão interna que a Secretaria de Justiça precisa averiguar. Eles estão muito apreensivos. Tem um desses presos que já está solto. Nós temos interpretação de todas as formas. Eu, que sou representante dos agentes penitenciários, conheço o perfil de cada um hoje, dos agentes. Mas lá nós temos o agente que é ameaçado porque é rígido, ele quer fazer as coisas legalmente — é aquele preso que quer facilitar tudo —, mas temos também o agente que é ameaçado porque bate mesmo no preso. Isso existe. Isso não é uma regra, é uma exceção. Jamais, como representante dos agentes, vamos nos coadunar com esse tipo de prática, porque, da mesma forma que queremos que o Governo do Estado nos respeite e que a sociedade nos reconheça, queremos também prestar um serviço de qualidade. E com certeza não vou declinar nomes aqui para V.Exa., mas há também denúncias já formuladas. A Secretaria de Justiça já tomou algumas providências, há outras que estão no âmbito do Poder Judiciário, há denúncia do Ministério Público, inclusive o promotor que nos ligou hoje à tarde,



Assuero Stevenson Pereira Oliveira, que é promotor de Picos, ele formulou denúncia por maus-tratos contra agentes penitenciários, inclusive contra o diretor do estabelecimento. Só para citar fatos oriundos do Ministério Público. Evidentemente que não é a minha função, como representante dos agentes, chegar e: “Estão aqui os nomes de quem...” Acho que isso é uma questão de gestão. Estamos chamando a atenção para o problema. Não temos nenhum constrangimento, até porque a maioria esmagadora dos agentes penitenciários são pessoas decentes, comprometidas e qualificadas. E a maioria esmagadora quer que seja realmente um trabalho de fiscalização, quer uma corregedoria. O sistema penitenciário do Piauí não tem uma corregedoria com toda uma equipe de trabalho. Aqui no sistema penitenciário não tem uma corregedoria. Por que não queremos uma corregedoria? Queremos, sim. Nós queremos ser fiscalizados, sim. Queremos ter o controle social, sim, porque a partir do momento em que tivermos esse controle nós vamos ter mais condições inclusive de cobrar as condições devidas do Estado para prestarmos melhor serviço. Outra questão que V.Exa. perguntou foi se tem agentes contratados. Nós, hoje, não temos mais esse problema de agente provisório, agente contratado. Hoje é só concurso público. Foi uma luta muito grande do SINPOLJUS. O primeiro projeto de lei o Governador vetou, mas depois nós conseguimos viabilizar uma outra lei, e hoje na nossa lei, no nosso quadro específico tem lá um artigo que proíbe o Estado de terceirizar funções de agentes penitenciários, de monitores e (*ininteligível*) penitenciários. Mas nós temos, Deputado Relator, uma situação que é preocupante e que precisamos saber como resolver isso. Creio que aquela PEC que está na Câmara dos Deputados resolveria essa questão, que é sobre o pessoal da Penitenciária Mista de Parnaíba, o nosso litoral. Lá, a maioria esmagadora dos agentes é contratada, é serviço prestado. Eles têm 19 anos de serviço e até hoje obviamente não se submeteram ao concurso público. São agentes penitenciários, trabalham em regime de plantão, mas é uma situação isolada. Nós defendemos esses servidores, eles pagam a Previdência. E temos algumas questões isoladas. Temos inclusive o funcionário Marcílio que não é agente penitenciário, trabalha no grupo especial, muito embora o Dr. Mag Say Say diga que, embora ele esteja na viatura, ele faz outro tipo de serviço de entrega de documentos, mas ainda temos. Para concluir — e agora, nobre Presidente Felipe Bornier, não vou mais esquecer o



nome de V.Exa. — temos uma fato aqui, obviamente que é uma questão de gestão, e eu aqui não estou colocando a responsabilidade na Secretaria de Justiça, mas estou responsabilizando o Governo, Deputado. É um caso que consideramos grave. Estamos encaminhando a V.Exas. por escrito, estamos encaminhando inclusive a cópia do inquérito civil público que o Ministério Público instaurou. Mas temos diversas, dezenas de pessoas. E para não ficar o dito pelo não dito — o sindicato diz uma coisa, o Governo diz outra —, nós estamos... no Ministério Público está sendo apurado devidamente. Nós denunciemos, levamos testemunho de dezenas e dezenas de servidores fantasmas, de DAS — Direção e Assessoramento Superior — por questões políticas. Temos pessoas que trabalham por 10, como o Mag Say Say, só para citar um dos exemplos da comissão que trabalha, mas temos outros fantasmas. Isso é uma vergonha no Governo do PT, que tanto combateu isso, e está fazendo pior do que o PFL nessa questão dos fantasmas no sistema penitenciário. Isso tira o incentivo, tira a auto-estima de servidores que dão plantão, que têm suas vidas ameaçadas e vêem pessoas ganharem alto dinheiro para não fazer nada, fantasmas. Nós estamos encaminhando a cópia que está lá no Ministério Público para V.Exas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na cópia tem a quantidade que o Mag Say Say supõe?

O SR. JACINTO TELES COUTINHO - Tem a quantidade, o nome, o decreto de nomeação e o tempo de serviço. Alguns deles já foram exonerados, mas tem todos. Eu tenho essas informações com precisão. Não costumamos fazer denúncia que nós não possamos provar. Aliás, já respondi a diversos processos nas mais diversas administrações do Estado — fui absolvido em todos — por denúncias sérias que fizemos. Foi assim quando entramos para tirar os delegados militares, delegados regionais que davam sustentáculo, em parte, ao crime organizado e tantos outros cargos irregulares. E não tememos, vamos continuar fazendo as denúncias, porque essas denúncias têm um único objetivo, a moralização do serviço público e a eficiência do serviço público. Até porque é obrigação de qualquer administração, de qualquer ente pública pautar-se pela moralidade e pela eficiência, para não citar todos os princípios constitucionais estabelecidos no art. 37. Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado, Sr. Jacinto.

Sr. Presidente, depois que os demais falarem, o Sr. Vinícius queria contraditar a informação do Sr. Jacinto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Quero agradecer as palavras ao Sr. Jacinto Teles, representante dos Policiais Civis e Penitenciários.

Vou conceder a palavra agora à Dra. Teresinha de Jesus Moura Borges, Promotora de Justiça.

A SRA. TERESINHA DE JESUS MOURA BORGES - Bem, inicialmente, gostaria de ressaltar ao nobre Deputado que, no Piauí, temos 223 cidades, mas nem todas são comarcas, constituem comarcas. Muitas são Termos Judiciários. Essas informações, se possível, eu gostaria de passar posteriormente, no mesmo *e-mail* onde vou encaminhar para V.Exa. o meu trabalho comparativo, porque eu não tenho precisão exata de quantas comarcas. Cidades são 223. Todas são assistidas, mas muitas constituem Termos Judiciários. Posteriormente, encaminharei a V.Exa. Em relação às perguntas formuladas sobre os promotores, entendo que muitas delas são questões de cunho subjetivo. E seria irresponsabilidade da minha parte declinar nomes e afirmar quais são, ou por que os promotores não prestam assistência nas suas comarcas, não residem. Posso assegurar, sim, que depois da resolução do Conselho Nacional do Ministério Público do ano passado, o Procurador-Geral encaminhou para todos os promotores, do interior e da capital, cópia dessa resolução, porque essa resolução determina que o promotor tem obrigação de residir na sua comarca. E caso haja algum problema ele comunica ao chefe da instituição, que o libera na terça ou na quarta. E, atualmente, nós não temos recebido no Ministério Público denúncias. Mas antigamente... Depois dessa resolução, melhorou. Quanto ao fato também de eles se relacionarem nas comarcas, são questões subjetivas e eu não sei. Posso afirmar que eu sempre tive um relacionamento bom, mas os promotores eu não posso afirmar. Sobre se chegam até o Ministério Público denúncias de maus-tratos em relação aos presos, quando eu trabalhava na Execução Penal, eu tentava cumprir, na íntegra, a Lei de Execução Penal, no entanto, nós nunca tivemos um promotor para cada comarca. Nós sempre tivemos aquela deficiência. Um promotor responde por 2, 3 lugares. Eu estou numa coordenação onde a minha responsabilidade é com mais e 100



comarcas. E nós somos assoberbados de trabalho. Hoje, mesmo, no Ministério Público do Piauí está acontecendo um concurso onde muitos estão fazendo, até à 18h, provas orais, porque o déficit é de mais de 50 promotores. Então, muitos respondem por 2 e até 3 comarcas. Conseqüentemente gera problema para aquela comarca, para uma ou outra comarca. E talvez seja por isso... Quando eu atuei na Vara de Execuções Penais eu não cumpri, na íntegra, o que diz a LEP em termos de visita. Eu visitava trimestralmente, porque eu nunca atuei numa comarca para ter só aquela atribuição. Geralmente, nós acumulamos funções. O mutirão relatado por V.Exa. seria muito bom, até para colocar todos esses processos em dia e estudar a situação de cada detento. Recebi uma relação onde é impossível uma pessoa — um simples furto, porque aqui é furto incomum, é o *caput*, o 155, não é nem o qualificado — estar há 2 anos e nunca ter sido ouvida, nunca ter sido interrogada. Inclusive, nós estamos tendo mutirão hoje, e amanhã teremos também, em relação à 3ª e 4ª Varas Criminais. Mas, com certeza, asseguro a V.Exa. que se o pedido for encaminhado ao Procurador-Geral, inicialmente, ao Presidente do Tribunal de Justiça, esse mutirão ocorrerá. Porque este mutirão que aí está surgiu também por anseios da comunidade, que encaminhou esse ofício e o Tribunal de Justiça determinou e, conseqüentemente, o Ministério Público também está do lado, porque tem o juiz e o promotor nesse mutirão. E desafoga o sistema. Porque falar a respeito do número de processos em cada uma das Varas Criminais eu não posso, mas posso dizer que há Varas Criminais, como a que era a 8ª antigamente, parece-me que é a 1ª, em que são mais de 6 mil processos em tramitação. Algumas têm 6 mil, 8 mil. É impossível um juiz acumular uma quantidade enorme de trabalho sem deixar alguns em atraso. E os motivos das visitas que V.Exa. indagou, se é excesso de trabalho, falta de motivação, ou nojo, ou pobreza. Também, em relação a nojo, ou pobreza, ou falta de motivação, entendo também que é uma questão de cunho subjetivo e eu não posso... Agora, posso afirmar que há um excesso de trabalho por parte de muitos. Nós estamos fazendo o concurso, hoje; Inicialmente 30 vão ser contratados e posteriormente mais 30. Por que os juízes e promotores não os visitam; falta de visitas periódicas é necessário. Todos os presos, eu sei que estão pedindo socorro. E a respeito do salário, seria bom que fosse encaminhado ao Tribunal de Justiça — eu peço vênias para não declinar dados, inclusive, o que



poderia gerar até um problema para minha pessoa — e o Tribunal de Justiça responderá a V.Exa. Nós estamos atrelados ao Brasil. Posso assegurar que não constitui aquela quantia toda que os jornais anunciam, porque o Imposto de Renda está levando quase tudo, o IAPEP. Tudo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Vamos domar o leão, não é?

Quero agradecer as palavras à Dra. Teresinha de Jesus, Promotora de Justiça.

Vou conceder a palavra agora ao Dr. Vinícius de Oliveira, Diretor de Humanização.

Logo depois, ouviremos o Dr. Mag Say Say Feitosa.

O SR. VINÍCIUS DE OLIVEIRA - Gostaria de saudar os Deputados Neucimar Fraga, Felipe Bornier e o Relator, Domingos Dutra. Não poderia aqui deixar de compartilhar mais uma informação, que o nobre Relator vai estar levando dessa oitiva, em especial sobre o que aconteceu no episódio colocado aqui, no último. Dos raros episódios de motins, de rebeliões no Sistema Penal do Estado, o último que nós tivemos foi na Casa de Custódia de Teresina, onde tivemos um valoroso servidor, Walber Alexandre, vitimado por um tiro que levou no braço. Gostaria de aqui demonstrar nossa satisfação por ter uma corporação, um grupo de servidores tão bem assistido. Porque nós também, naquele momento, buscamos a direção do Hospital Geral Getúlio Vargas, de Teresina, conversamos com o diretor do hospital e o servidor, por não possuir um plano de saúde, por nossa interferência também ele conseguiu a sua recuperação em um quarto mais decente, e não nos corredores do hospital. E quero dizer que ele teve uma assistência médica em termos de medicamento também muito satisfatória. Porque na nossa Diretoria de Humanização se concentra o Serviço de Saúde da Secretaria da Justiça. E era lá que ele pessoalmente acompanhado da sua esposa ia buscar a sua medicação. Então, ele deve ter recebido medicação do sindicato, mas também recebeu da Secretaria, porque ele foi buscar na nossa Diretoria, pessoalmente, acompanhado da sua esposa. Gostaria de aproveitar e informar à Dra. Teresinha que esse projeto que aconteceu no passado, de penas alternativas, nós temos a grata satisfação de anunciar que ele foi aprovado no final de 2007 e vai ter início agora, no início de



2008, acompanhamento e monitoramento de penas e medidas alternativas. A única coisa que falta é o repasse da União na conta que já foi aberta na Caixa Econômica, depósito da contrapartida do Estado e o projeto vai ter início. Agradeço a oportunidade, só para fazer esse esclarecimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Quero agradecer as palavras ao Dr. Vinícius de Oliveira, Diretor de Humanização.

Vou passar a palavra, agora, ao nosso amigo Mag Say Say Feitosa, para que possa fazer os esclarecimentos.

O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Deputado Felipe Bornier, fui questionado pelo Deputados Domingos Dutra e pelo Deputado Neucimar Fraga. Vou começar pelo Deputado Neucimar Fraga, que perguntou quantos recursos do Estado, em 2008, o Governo já disponibilizou para investimento ao sistema penitenciário. O ano de 2008 se iniciou agora, o ano e o exercício fiscal contábil do Estado é a partir do dia 1º de fevereiro. Então os investimentos são pequenos, mas já são expressivos, na medida em que nós já recebemos 341 mil para a reforma de algumas unidades prisionais, compra de armas e equipamentos, monitoramento da Casa de Custódia, dentre outros e mais 480 mil reais para compra de 4 viaturas de cela, tipo cela. São 4 caminhonetes novas a *diesel* que serão compradas agora com investimento do Governo. Em relação ao Deputado Domingos, ele perguntou se há indício de organizações criminosas no sistema penitenciário do Piauí. Não. Nós não temos nenhuma das facções do porte PCC e Comando Vermelho no Estado do Piauí. Reporto-me aqui à proposição do Dr. Lúcio Tadeu, quando ele falou do presídio federal, que se temia que o famigerado Beira-Mar viesse para o Piauí, e assim não veio o presídio, em função daquele personagem. Nós não temos Beira-Mar mas temos Beira-Riacho, Beira-Rio, temos presos, sim, de alto potencial ofensivo que se autodenominam integrantes de algumas facções mesmo que pequenas dentro do sistema penitenciário, como a tal da Seita Satânica, como um tal PCM, que é o Primeiro Comando do Mafrense, o CRB, que é o ...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Primeiro Comando o quê?

O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Do Mafrense. É um bairro aqui da capital. O Primeiro Comando do Mafrense e o CRB, que é o Comando da Rua Barra. São tupiniquins, são facções pequenas, alguns grupos pequenos que se intitulam



daquilo, para poder agremiar mais algumas pessoas na sua quadrilha ou na sua facção que poderá até se iniciar. Mas temos um serviço de inteligência e proteção externa, que está a cargo aqui do capitão Carlos Gomes, e diuturnamente a gente vem detectando esses personagens, esses presos de maior potencial ofensivo que possam trazer risco à garantia da ordem e disciplinas carcerárias, e procuramos sempre separá-los, porque separando-os ou pulverizando-os por outras unidades prisionais nós conseguimos fragilizarmos e diluir toda e qualquer força, ou eventual forças que eles venham a ter. Portanto, reafirmo que estamos tranqüilos neste momento de que não temos nenhum integrante de facções criminosas famigeradas, como PCC, Comando Vermelho aqui no Estado do Piauí. E se porventura detectarmos algum membro integrante dessas facções no Estado do Piauí. Imediatamente a Secretaria de Justiça envida esforços financeiros para devolvê-lo ao Estado de origem, como já o fizemos em 2003 ou 2004 com um preso que nós devolvemos para o Rio de Janeiro que, segundo informações, pertencia a uma dessas organizações criminosas. Continuando, Deputado Domingos, em relação à denúncia de maus-tratos no sistema penitenciário, se há denúncia, se chegam ao nosso conhecimento. Sim. De em vez em quando. A gente recebe quase que diariamente algumas cartas de parente de preso, ou de algum visitante, de que o preso “a”, “b”, “c”, “d” teria sofrido maus-tratos, algum espancamento, dentro do sistema penitenciário. Às vezes essas cartas vêm em anonimato, protegendo a fonte ou com medo de alguma represália, sem sentido até. E tão logo tenhamos conhecimento disso, nós nos comunicamos com o diretor daquela unidade prisional e lá buscamos informações para daí, se tivermos elementos suficientes, poderemos instaurar alguma sindicância. Então, às vezes se houver maus-tratos num presídio e a demora, essa longa espera para comunicar as autoridades da ocorrência, pode acontecer que uma lesão aparente que tenha ocorrido já tenha se disseminado, já tenha desaparecido. Então prejudica um pouco a investigação, ou a instauração da sindicância, ou até mesmo a condução daquele preso citado para realização de exame de corpo e delito. Muitas vezes a própria comissão da OAB, com pessoas ao vivo, nas televisões, ligam procurando saber de determinado preso. “*Olha, o preso fulano de tal levou uma surra danada no presídio*”. Pega-se o preso, leva-se no IML para fazer o exame de corpo e delito e se detecta que ele não tem nenhuma lesão



corporal. Então, fica um tanto quanto complicado porque as informações são muito evasivas e sem muitos elementos concretos para fomentar a instauração de um processo administrativo e criminal, conforme seja. O senhor me perguntou também sobre as Comissões Técnica de Classificação. Bem as Comissões Técnica de Classificação, em função do perfil dos membros, nós temos uma certa dificuldade de compô-la na sua integridade nas unidades do Estado. Então, há carência de psicólogos, há carência de psiquiatras no Estado do Piauí. Nem todas as cidades nós encontramos esses profissionais disponíveis. Então as Comissões Técnica de Classificação, as CTCs são criadas mas deficiente, com déficit no quadro pessoal com esse perfil profissional. As Comissões nós temos que fazer, mas repito, por conta de profissional na região, naquela cidade onde está localizada a unidade prisional. Em relação ao trabalho do preso.

O senhor me perguntou quantos presos trabalham no sistema penitenciário. É um número muito rotativo. Ele pode estar sendo utilizado hoje numa obra e amanhã já não está mais. Então, depende do número de obras que nós estamos realizando no sistema penitenciário, que a via de maior alocação de mão-de-obra de preso é em obra de engenharia. Nós temos algumas obras em andamento, que estavam paralisadas em função do fim do ano.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - São obras públicas?

O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Obras do Estado para reformas e adaptações de algumas unidades prisionais. Então, a gente sabe só dessa mão-de-obra dentro do presídio, no regime fechado e provisório. Já no regime semi-aberto, nós temos convênios com a EMBRAPA, a EMATER, onde os presos da colônia agrícola são encaminhados para essas instituições e lá prestam serviços; também nos Correios, havia esquecido. Nos Correios, na EMBRAPA e na EMATER, geralmente do regime semi-aberto. O senhor me perguntou também por que o Estado não concede mais trabalho ou oportuniza mais a opção de trabalho aos presos. É em função disso. As políticas públicas voltadas para o sistema carcerário ainda são muito tímidas. Ainda há o fator do preconceito das empresas para buscarem a mão-de-obra do preso, que é barata para as indústrias, para as empresas, porque não há os rigores da legislação trabalhista e previdenciária. As empresas poderiam se beneficiar, sim, dessa mão-de-obra fácil, barata e abundante



no sistema carcerário. Nós temos uma empresa lá de fabricação de bicicletas. É um grande projeto que está sendo revigorado para uso das unidades prisionais e queremos que isso sirva de trampolim ou modelo para outras empresas também assim investirem no sistema penitenciário. O senhor me perguntou também, Deputado, sobre o conselho da comunidade, em que cidade eles estariam instalados. Esse é um grande problema nosso: a instalação dos conselhos da comunidade. Hoje, pela legislação do DEPEN, nós só podemos receber recursos federais se houver a instalação de conselhos da comunidade nas localidades onde houver presídio. E eu só tenho notícia da instalação de conselho penitenciário, conselho da comunidade, perdão, na comarca de Picos, que foi a primeira, foi pioneira na criação pelo Desembargador Edvaldo Moura, então juiz da comarca...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Conselho da comunidade? Não. E na comarca de Floriano, instituída e instalada pelo Dr. Noé Pacheco, há pouco mais de 4 anos. E aqui em Teresina, a Dra. Celina, então juíza da Execução Penal, lutou junto com a gente para a instalação, mas houve um pequeno empecilho junto com o representante da OAB, na diretoria anterior da OAB. Parece que não houve um consenso na indicação do nome para compor os quadros do conselho da comunidade. De modo que junto ao DEPEN nós mostramos que não é culpa da Secretaria de Justiça, porque nós encaminhamos a todos os juízes a nossa preocupação e o desejo da instalação do conselho, que é atribuição do Poder Judiciário. Em relação, Deputado, aos regimes disciplinares ou regulamento disciplinar, quero dizer ao senhor que se encontra nesta Assembléia o projeto da Lei de Execução Penal Estadual. E, em função dela, queremos refazer o nosso regimento disciplinar para atualizarmos esse regramento. De igual modo, o senhor deve conhecer, já existe o Plano Diretor do Sistema Penitenciário no projeto do PRONASCI — Programa Nacional de Segurança Pública, onde lá já se busca a instalação, viabilização dos patronatos, instituição da Lei de Execução Penal, pouco difundida no País, dos conselhos da comunidade, como disse, das ouvidorias e corregedorias. Quero dizer também, Deputado...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aproveitando o sinal, 3 minutos para concluir.

O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Quero dizer também, Deputado, que criamos agora, Deputado Domingos, o Fundo Penitenciário Estadual. Todas as multas advindas de penas pecuniárias eram destinadas ao Fundo Penitenciário Nacional, esse dinheiro ficava por lá. Então, agora, temos o Fundo Penitenciário Estadual, que essas penas de multas, ou penas pecuniárias, que em juizados de pequenas causas, no Fórum comum, foram aplicadas ao preso, ao condenado, cumulativamente ou sem ser cumulativamente, estarão aqui no Estado do Piauí, no Fundo Penitenciário, gerido pela Secretaria de Justiça, para investimento e manutenção do sistema penitenciário. O senhor também perguntou quantos presos foram punidos em 2007 e quais os motivos, e se houve ampla defesa nesses processos administrativos. Bem, esse é um número que, infelizmente, não posso lhe dar agora, mas me comprometo a passá-lo quando necessário. Os motivos são de toda a sorte, desde ferros nocivos ao sistema carcerário, ferros que eles retiram das paredes, do concreto, objetos pontiagudos, facas de fabricação artesanal, celulares até mesmo — já pegamos alguns celulares em algumas unidades prisionais. Tudo isso é motivo de punição disciplinar. E em relação à defesa, não em todos, mas em alguns há, sim, possibilidade de o preso se defender. Inclusive o Capitão Carlos Gomes, quando era diretor da Penitenciária Irmão Guido, compunha um conselho de um agente que se fazia até de defensor dativo do preso para oportunizar a sua defesa. Estou ainda à disposição para algum esclarecimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu fiz uma pergunta, não sei se foi respondida. Qual o investimento do Governo do Estado com recursos do Tesouro para o sistema penitenciário para este ano?

O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Deputado Neucimar, o ano iniciou agora, mas nós já recebemos um aporte de 340 mil para obras e reformas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas qual é a previsão orçamentária para investimento no sistema penitenciário, com recursos do Tesouro para este ano de 2008? Quanto é destinado no Orçamento para investir?



O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Eu não tenho esse dado aqui, Deputado. Posso dar oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se puder informar e tentar nos passar ainda durante... Talvez aqui na Assembléia até a Comissão de Finanças possa informar, se tiver alguém aí.

O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Deve ter um livro do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Isso. Nós agradecemos. Deputado Domingos Dutra, alguma pergunta mais?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu só queria pedir ao Dr. Say Say que pudesse mandar à Comissão o projeto de lei que estabelece a Lei de Execução Penal Estadual, o Fundo Penitenciário Estadual...

O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Que já é lei instituída aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso. Eu queria pedir a execução orçamentária para o sistema de 2007 e a previsão orçamentária para 2008. Eu queria também pedir para o senhor que só informasse rapidamente qual é o índice de reincidência e se vocês sabem quantos mil mandados de prisão existem a serem cumpridos no Estado do Piauí. E uma pergunta, que eu vou fazer em todos os Estados, é que nós só encontramos nas cadeias e penitenciárias pessoas extremamente pobres. Eu queria saber se aqui no Piauí a chamada elite ou pelo menos a classe média não pratica delitos, porque só encontramos gente de baixa renda, sem profissão, ou profissão bem simples. Nós não encontramos ninguém, nenhum falsificador, nenhum desses sonegadores. Só encontramos gente carente. Eu queria saber a que o senhor atribui isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eles têm uma cela especial, que nós visitamos.

O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Deputado, a Secretaria de Segurança, comandada pelo Delegado Robert Rios nos últimos tempos, vem dando um enfoque muito grande aos crimes de colarinho branco, vamos dizer assim. Então, recentemente, operações das mais variadas espécies têm, sim, surgido e mostrado efeito. O senhor falou agora se há preso rico. Nós estamos agora com, acho, umas 15 pessoas que foram presas pela Delegacia da Ordem Tributária, Delegado Edvan Botelho, por falsificação de diplomas, diplomas de ensino médio, de cursos técnicos,



como de enfermagem, edificações e informática, além também de alguns cursos superiores, que é possível também que haja diplomas falsos. Temos também agora, recentemente teve uma prisão de Prefeitos, mas se bem que foi uma operação entre Piauí e Maranhão, da Polícia Federal, que também estavam no sistema penitenciário. Temos também agora uma grande quantidade de pessoas presas por tráfico de drogas, numa grande operação envolvendo o Piauí, o Maranhão e o Suriname. Inclusive esse preso está lá na Casa de Custódia, pessoas de classe média e de recursos financeiros até bons. Acho que ainda se encontram lá, dessa leva de presos, em torno de 7 ou 8 presos. Inclusive, naquele Pavilhão B, tinha um deles que também se encontrava lá, oriundo dessa operação da Polícia Federal. Pessoas que não são tão relativamente pobres e têm recursos financeiros.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Tem. Dessa Operação Ateneu, que é a do diploma falso, tem uma senhora, funcionária da Secretaria da Educação, que se encontra lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A quantidade de mandados de prisão a serem executados, tem esse número?

O SR. MAG SAY SAY FEITOSA - Eu não tenho esse dado, porquanto que a Polícia Judiciária está afeta à Secretaria de Segurança e nós só recepcionamos os presos a serem recolhidos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos a presença e a participação do Coordenador de Assuntos Penais, o Say Say, que fala aqui pela Secretária de Justiça.

Sr. Vinícius Oliveira, gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ele já falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já falou?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, nós vamos suspender neste momento a nossa sessão por 5 minutos. Pedimos a colaboração e a compreensão de todos os presentes, mas a partir deste momento nós vamos transformar esta sessão em sessão secreta da CPI. Vamos ouvir depoimentos de



alguns presos e só vamos solicitar a permanência no plenário dos membros da CPI, dos assessores da CPI e da Polícia Federal que nos acompanham. Peço à Secretaria da Comissão e à segurança do plenário que façam prevalecer essa solicitação que fazemos neste momento. E solicitamos à sonorização da Casa que encontre um mecanismo para permitir que o som seja ouvido apenas na parte interna deste plenário. *(Pausa.)* Então, nós vamos pedir à sonorização da Casa que possa desligar o som. Nós vamos usar o som da Comissão apenas para fins de depoimento.

Queremos agradecer a presença de todos e agradecer ao Governo do Estado, através da Secretaria de Justiça, o apoio dado à CPI. Não nos foi criada nenhuma dificuldade de acesso aos presídios e a todas as instalações dos presídios que solicitamos. Fica registrado esse agradecimento da CPI ao Governo do Estado, à Secretária de Justiça, Sra. Cléia, aos funcionários, aos diretores. Agradecemos ainda ao Presidente da Assembléia. Inclusive queremos agradecer as fotos que já recebemos desta sessão, a gentileza e a cortesia da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí. Parabenizamos a Mesa pelas instalações da Assembléia e agradecemos a todo o corpo funcional aqui, desde os senhores que nos serviram os deliciosos cafezinhos do Piauí e água, aos agentes de segurança, às taquígrafas, à sonotécnica e aos seguranças pelo apoio dado a esta Comissão.

A partir deste momento, vamos ficar somente os membros da Comissão no plenário com o som da Comissão. Por isso nós estamos fazendo os agradecimentos antecipados a todos. Agradecemos à Polícia Militar, à Polícia Civil, aos agentes penitenciários e à Polícia Federal pelo apoio, assim como a presença da OAB, do sindicato dos agentes penitenciários e da promotora, a quem nós solicitamos que permaneça, porque é importante que a promotora acompanhe os depoimentos que serão prestados em secreto à CPI.

Portanto, muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

Está suspensa a reunião por 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)